
BIBLIOTECA DE CLÁSSICOS

TROUILLOT, O CARIBE E A ANTROPOLOGIA*

*Marcelo Moura Mello***

*Rogério Brittes W. Pires****

Michel-Rolph Trouillot (1949-2012), nascido no Haiti, em família de intelectuais, ainda jovem radicou-se nos Estados Unidos, após perseguições do regime ditatorial de François Duvalier aos intelectuais de seu país no final dos anos 1960,¹ obtendo seu doutorado, em 1985, na University of John Hopkins, no Programa de História e Cultura Atlântica, fundado por outros dois proeminentes caribeanistas, Sidney Mintz e Richard Price. Trouillot lecionou na Duke University (1983-1988) e na John Hopkins (1988-1998), antes de tornar-se professor do departamento de antropologia na University of Chicago, onde lecionou até ter tido sua carreira prematuramente interrompida por

* Agradecemos à *Afro-Ásia* e ao Conselho Editorial da *Annual Review*, em especial a Jennifer Jongsman, pela acolhida e pela autorização de publicarmos a tradução.

** Professor da Universidade Federal da Bahia. mmmello@gmail.com

*** Pesquisador de Pós-Doutorado Júnior, CNPq, Universidade Federal de Minas Gerais. rogeriobwp@gmail.com

¹ François Duvalier governou o Haiti entre 1957 e 1971, sendo sucedido por seu filho, Jean-Claude Duvalier, cujo mandato presidencial se estendeu entre 1971 e 1986. Um dos primeiros livros de Trouillot versa justamente sobre o governo ditatorial dos Duvalier, representando um esforço de pensar as raízes históricas, sociais, políticas e econômicas desse regime. Para além do caso particular do Haiti, Trouillot procede, nesse livro, a uma crítica fundamentada dos conceitos de nação, estado e sociedade civil. Ver: Michel-Rolph Trouillot, *Haiti: State against Nation: the Legacies and Origins of Duvalierism*, New York: Monthly Review Press, 1990. Onze anos depois, em um artigo fundamental, Trouillot avança sua crítica a partir da identificação e do estudo dos “efeitos de Estado” em instituições não estatais: Michel-Rolph Trouillot, “The Anthropology of the State in the Age of Globalization: Close Encounters of the Deceptive Kind”, *Current Anthropology*, v. 42, n. 1 (2001), pp. 125-38.

graves problemas de saúde em 2002, que acabaram resultando em seu falecimento dez anos depois.² Ao longo de sua relativamente curta carreira acadêmica, chegou a ocupar, possivelmente, o posto de intelectual caribenho mais lido e discutido por antropólogos especialistas e não especialistas na região. Corporificando a heterogeneidade caribenha sobre a qual trata, Trouillot escreveu livros em kreyòl haitiano, francês e inglês, para não falar nos mais de quarenta artigos que publicou entre 1981 e 2002.³

Trouillot ganhou notoriedade sobretudo após a publicação de *Silencing the Past: Power and the Production of History*.⁴ Nessa obra, analisa os dividendos das partições ontológicas e políticas pressupostas nas reflexões de intelectuais euro-americanos sobre a Revolução Haitiana. A ação revolucionária de pessoas escravizadas, sua ação política e as consequências de seus atos, bem como a indissociabilidade da Revolução no Haiti com sua contraparte na França, revelam a incapacidade do pensamento ocidental de entender a revolução haitiana em seus próprios termos. Os contemporâneos da revolução, dentre os quais eminentes pensadores iluministas, só podiam ler as notícias sobre a revolução com categorias preconcebidas.⁵ Desse modo, a revolução haitiana era *impensável* em seu tempo, em vista dos pressupostos das categorias de análises mobilizadas para pensar esse evento, que acabava por ser compartimentalizado em ordens discursivas que lançavam mão de categorias com pretensão de universalidade, mas que, na prática, ori-

² Ver David Scott, “The Futures of Michel-Rolph Trouillot: in memoriam”, *Small Axe: a Caribbean Journal of Criticism*, v. 16, n. 3 (2012), pp. vii-x; Drexell Woodson e Brackette Williams, “In memoriam: Dr. Michel-Rolph Trouillot (1949-2012)”, *Caribbean Studies*, v. 40, n. 1 (2013), pp. 153-62; Richard Price, “Michel-Rolph Trouillot (1949-2012)”, *American Anthropologist*, v. 115, n. 4 (2013), pp. 717-20.

³ Dentre os quais, destaquem-se, para além dos citados alhures nesta introdução: Michel-Rolph Trouillot, “Motion in the System: Coffee, Color, and Slavery in Eighteenth-Century Saint-Domingue”, *Review*, v. 5, n. 3 (1982), pp. 331-88; Michel-Rolph Trouillot, “The Odd and the Ordinary: Haiti, the Caribbean, and the World”, *Cimarrón: New Perspectives on the Caribbean*, v. 2, n. 3 (1990), pp. 3-12; Michel-Rolph Trouillot, “Contrapunto Caribeño: El Café en las Antillas (1734-1873)”, *El Caribe*, v. 6, n.16-17 (1990), pp. 58-65. Para um apanhado detalhado da produção de Trouillot, consultar Yarimar Bonilla, “Michel-Rolph Trouillot: a comprehensive bibliography”, *Small Axe: a Caribbean Journal of Criticism*, v. 17, n. 3 (2013), pp. 213-22.

⁴ Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past. Power and the Production of History*, Boston: Beacon Press, 1995.

⁵ Para um apanhado crítico, ver: Dale Tomich, “Pensando o ‘impensável’: Victor Schoelcher e o Haiti”, *Mana - Estudos de Antropologia Social*, v. 15, n. 1 (2009), pp. 183-212.

ginaram-se da experiência histórica provincial da Europa.⁶ Em resumo, o problema não é só que o passado é fruto de políticas do presente, mas, antes, que toda e qualquer forma de conhecimento histórico não escapa ao condicionamento das políticas passadas de criação e transmissão de ‘fatos’ históricos.⁷

Silencing the Past traz a marca de um estilo (e intervenção) de pensamento próprios a Trouillot. Por meio de análises de casos específicos, Trouillot não só subverte interpretações consolidadas sobre certos eventos — seja a revolução haitiana, seja a história do campesinato da Dominica,⁸ para ficar apenas com dois exemplos — como procede a um exame crítico do aparato teórico-conceitual-metodológico mobilizado por disciplinas das humanidades, notadamente a história e a antropologia. Nesse sentido, os dispositivos conceituais de compartimentalização e enquadramento de processos políticos, econômicos, sociais e históricos — como os conceitos guarda-cancelas esmiuçados no artigo aqui traduzido, a prática de situar ‘nativos’ em “compartimentos selvagens”⁹ — são escrutinados pelo autor: longe de circunscrever seu interesse a uma área do globo, Trouillot oferece contribuições teóricas à *disciplina*.

Note-se, de passagem, que a questão das fronteiras — tão central no artigo aqui traduzido — coloca em cheque dicotomias consolidadas na tradição intelectual das ciências sociais no mesmo movimento em que repensa o próprio *quadro temporal* no qual as análises de pensadores euro-americanos se sustentam. Nesse tocante, o pensamento de Trouillot ecoa, por certo, as intervenções críticas de eminentes pensadores caribenhos, como Eric Williams, Fernando Ortiz, Aimé Césaire, C. L. R James, acerca da modernidade. Como notou Palmié,¹⁰ é somente ignorando o genocídio de populações autóctones, a escravidão e o tráfico de africanos e

⁶ Ver: Michel-Rolph Trouillot, “North Atlantic Universals: Analytical Fictions, 1492-1945”, *South Atlantic Quarterly*, n. 101 (2002), p. 838-58.

⁷ Stephan Palmié, “The Trouble with History”, *Small Axe: a Caribbean Journal of Criticism*, v. 42, n. 3 (2013), p. 193-202.

⁸ Michel-Rolph Trouillot, *Peasants and Capital. Dominica in the World Economy*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.

⁹ Ver Michel-Rolph Trouillot, “Anthropology and the savage slot. The poetics and politics of otherness”, in R.G. Fox (ed.), *Recapturing Anthropology* (Santa Fe: Scholl for Advanced Research, 1991), pp. 17-41.

¹⁰ Stephan Palmié, “The Trouble with”, p. 193.

os efeitos duradouros do complexo agroindustrial da *plantation*, que as ciências sociais euro-americanas podem representar, de modo crível, a modernidade como um fenômeno europeu endógeno.

Esse pano de fundo ajuda-nos a situar “The Caribbean: an Open Frontier in Anthropological Theory” em um quadro de reflexões mais amplo. De fato, passaram-se mais de 25 anos desde que essa revisão bibliográfica da produção antropológica sobre o Caribe foi escrita por Trouillot e publicada no *Annual Review of Anthropology*. De lá para cá, o texto tornou-se um clássico entre os caribeanistas, uma das mais aguçadas reflexões sobre as questões que movimentaram estudos feitos sobre e no Caribe. Ademais, trata-se de um dos mais bem-acabados exemplos que conhecemos de revisão bibliográfica de uma produção regional, em parte por incluir um nível metateórico que enfrenta a questão de como uma “região etnográfica” toma forma no encontro entre uma disciplina acadêmica e um espaço historicamente delimitado.

Apesar da importância e do impacto do artigo, 25 anos não deixa de ser um tempo considerável. Cabe perguntar, portanto, em que medida o texto de Trouillot continua relevante no âmbito dos estudos caribenhos. Mais importante, cabe interrogar quais as contribuições que tal texto pode trazer para um público brasileiro não especialista na região. Para tanto, destacamos a relevância mais ampla — extracaribeanista, digamos — do texto em seu contexto original de publicação. O foco da revisão de Trouillot foi a bibliografia anglófona produzida sobre o Caribe, sobretudo ao longo dos anos 1970 e 1980, e parte do objetivo do autor era divisar em que medida a produção caribeanista — e, *a fortiori*, o próprio Caribe — colocaria desafios à antropologia no que concerne ao enfrentamento de problemas teóricos, metodológicos, políticos e epistemológicos que se apresentavam à disciplina no início da década de 1990.

A disciplina lidava, então, com os efeitos da explosão pós-moderna e sua violenta crítica ao estilo literário, retórico e científico presentes na disciplina desde Malinowski. Críticas feministas e pós-coloniais consolidavam-se e propunham não apenas epistemologias descentradas, mas também modificações na divisão do trabalho acadêmico — como demonstrava o crescimento dos programas de pós-graduação focados não em disciplinas mas em “estudos de área” (*area studies*). O mundo

tentava entender as mudanças nos processos de mobilidade e transmissão de informação, bem como os efeitos de novos desenhos das cadeias produtivas e de novos papéis dos estados-nação sobre as pessoas de todo o mundo — globalização e neoliberalismo eram alvo de crescente reflexão acadêmica e política. Dicotomias clássicas como tradição/modernidade passavam por reexames à medida que, em todos os continentes, ressurgências étnicas e fenômenos congêneres apresentavam novas formas de ser “nativo”. Em suma, formas de complexidades e heterogeneidade que, até então, podiam ser largamente ignoradas pelos métodos e teorias antropológicos estabelecidos ganhavam o centro do palco.

O Caribe parecia oferecer algumas possíveis pistas sobre como lidar com esses dilemas.¹¹ A região fora — e talvez continue sendo — uma espécie de laboratório da empreitada colonial europeia, no qual todas as potências coloniais tiveram presença em algum momento. Diversas formas de trabalho escravo e servil foram experimentadas, diversos esquemas de governamentalidade e de relação colônia-metrópole, fazendo emergir uma diversidade de formas de vida, muitas das quais resultantes da resistência e da criatividade dos que supostamente eram subjugados pelas potências europeias. Variadas formas de vida coexistiam, às vezes muito próximas umas às outras, e as formas de relações entre elas sempre foram igualmente diversificadas — fronteiras ganharam no Caribe usos e formatos que não correspondiam nem a como a Europa imaginava a si mesma, nem a como a mesma imaginava seus Outros ditos “selvagens”. Como coloca Trouillot, “esses não eram exatamente lugares para se procurar primitivos. Sua própria existência questionava a dicotomia Ocidente/não-Ocidente e a categoria de nativo, premissas sobre as quais a antropologia se baseava”.¹² Os autores que tentaram escrever sobre o Caribe — norte-americanos, europeus, mas também muitos nascidos na região — raramente foram capazes de utilizar os modelos teórico-metodológicos oferecidos pela antropologia sem que os mesmos passassem por algum tipo de reformulação radical. No momento

¹¹ Quase uma década depois da revisão de Trouillot, Aisha Khan oferece uma leitura acerca do impacto das imagens da heterogeneidade caribenha nas ciências sociais em geral: Aisha Kahn, “Journey to the Center of the Earth: The Caribbean as Master Symbol”, *Cultural Anthropology*, v. 16, n. 3 (2001), pp. 271-302.

¹² Rolph-Michel Trouillot, “A região do Caribe: uma fronteira aberta na teoria antropológica”, *Afro-Ásia*, n. 58 (2018), pp. 9-52.

em que a antropologia buscava reformular radicalmente seus modelos — em razão de críticas à sua história colonial e à sua epistemologia eurocentrada e, também, a mudanças geopolíticas percebidas —, o Caribe se configurava enquanto contraponto aos modelos teóricos consolidados da disciplina.

Uma ancoragem forte da teoria social na história, que serviria de alternativa aos modelos sincrônicos então enfraquecidos. Reflexões críticas sobre a ideia de modernidade e seus efeitos sobre as populações excluídas das narrativas e dos benesses dessa “Grande Transformação”. Conceitos — como hibridez, mestiçagem e criouliização — que buscavam dar sentido a heterogeneidades e complexidades, notadas desde sempre no Caribe e cada vez mais no resto do mundo. Formas heterodoxas de pensar os contornos das “comunidades” ou outras unidades de análise tidas como dadas na metodologia antropológica modernista. Eis algumas questões que cientistas sociais trabalhando no Caribe desde o início do século XX vinham pensando e que pareciam ser de interesse crescente no campo das humanidades, nos primeiros anos da década de 1990. Os debates de caribbeanistas dos anos 1970 e 1980, de acordo com Trouillot, pareciam alcançar um grau de maturidade suficiente para que servissem aos interesses mais amplos da “guilda” ou “corporação” antropológica. A partir da percepção de uma eminente mudança na relação entre centros e periferias, o Caribe, região que merecera interesse periférico por parte do cânone antropológico, parecia então atrair os olhos do centro.

Trouillot, entretanto, não se contenta em apresentar tais características do Caribe como autoevidentes, tampouco redonda num construtivismo ingenuamente radical que ataca a imagem acadêmica do Caribe por não guardar quaisquer relações empíricas relevantes com as realidades estudadas e vividas. Mesmo quando fala de fatos e temas “inescapáveis” no estudo do Caribe — historicidade, colonialismo, heterogeneidade —, o autor busca desenredar o fio entre descrição de um objeto empírico e construção desse mesmo objeto pelo discurso científico, o fio que faz emergir teorias distintas de diferentes regiões etnográficas. Talvez uma das frases mais lapidares do texto seja sua abertura: “O encontro entre a teoria antropológica e qualquer região do globo diz tanto sobre a antropologia quanto sobre essa região”.¹³

¹³ Trouillot, “A região do Caribe”.

Tal frase pode soar quase óbvia, mas é um *manifesto* e *posicionamento* críticos que demonstram capacidade de síntese invejável.

É em parte esse tipo de fineza na análise que torna o texto de Trouillot relevante ao público brasileiro, mesmo 25 anos depois. O autor não soa em nada datado, ao discutir, com um pé no Caribe e outro na antropologia, questões perenes para qualquer disciplina — como a das unidades de análise —, ou ao formular perguntas fundamentais sobre o “estatuto epistemológico” e a “relevância semiótica” do discurso nativo. O que faz as palavras do autor reterem seu frescor talvez seja a capacidade de evitar tanto construtivismos quanto reificações. Ademais, esperamos que seja patente que as questões candentes para a antropologia dos anos 1990, que sublinhamos nos parágrafos acima, estejam longe de terem ganhado respostas satisfatoriamente consensuais na nossa ou em qualquer outra disciplina. O conhecimento da produção feita no e sobre o Caribe ainda pode beneficiar o leitor, em particular o leitor brasileiro, para quem os casos caribenhos apresentam muitas possibilidades comparativas. As semelhanças e diferenças entre o passado e o presente brasileiros e caribenhos — no que tange à raça, ao gênero, à colonização, ao trabalho, à religião e à família, apenas para ficar nos exemplos mais óbvios — são de extrema potência heurística, mesmo para investigadores que nunca colocaram os pés no Caribe.¹⁴ Aliás, Trouillot encerra seu texto propondo um programa de possíveis comparações intracaribenhas pouco óbvias, nas quais podemos nos basear para gerar comparações extracaribenhas igualmente instigantes.

Assim, com a tradução deste texto de Trouillot, esperamos fornecer uma pequena contribuição para preencher a lacuna que promove entre nós a ignorância sobre o que se passa e o que é escrito sobre essa região tão fascinante das Américas,¹⁵ uma debilidade promovida por

¹⁴ Dentre as ainda raras comparações explícitas entre Caribe e Brasil, destacamos uma que, por sua qualidade, já é suficiente para demonstrar a relevância de empreendimentos do tipo: Verena Stolcke, “La influencia de la esclavitud en la estructura doméstica y la familia en Jamaica, Cuba y Brasil,” *Desacatos*, n. 13 (2003), pp. 134-51.

¹⁵ Há de se marcar que, no Brasil, a história talvez seja a disciplina acadêmica que mais demonstrou interesse pelo Caribe. Alguns estudos clássicos de sociedades caribenhas foram escritos por brasileiros — veja-se Ciro Flamarion Cardoso, *La Guyane Française (1715-1817): aspects économiques et sociaux. Contribution à l'étude des sociétés esclavagistes d'Amérique*, Petit Bourg: Ibis Rouge, 1999 e Emilia Viotti da Costa, *Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Ademais, um dos maiores clássicos da historiografia caribenha há muito ganhou espaço entre as leituras dos historiadores brasileiros:

certas formas de produção e circulação do conhecimento, ainda muito centradas nos interesses aos euro-americanos, é preciso dizer. Como diz o autor, o Caribe, enquanto conjunto complexo, é um desafio à ciência social ocidental, e à antropologia, em particular. Nossa esperança é que o desafio seja encarado por cada vez mais estudiosos.

Eric Williams, *Capitalismo e escravidão*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012. A introdução de Rafael de Bivar Marquese na mesma edição traz uma exposição sobre o impacto da obra de Williams no Brasil.

**A REGIÃO DO CARIBE:
UMA FRONTEIRA ABERTA NA TEORIA ANTROPOLÓGICA***

Michel-Rolph Trouillot

O encontro entre a teoria antropológica e qualquer região do globo diz tanto sobre a antropologia quanto sobre essa região. A antropologia caribenha é um bom exemplo. Essa região, em que demarcações são notoriamente imprecisas, há tempos tem sido a fronteira aberta da antropologia cultural: nem centro nem periferia, mas uma espécie de terra de ninguém onde pioneiros se perdem, onde alguns pernoitam a caminho de melhores oportunidades, e onde outros ainda logram criar seu próprio “Novo” mundo, em meio à indiferença do Primeiro Mundo. Por consequência, o objetivo deste ensaio é duplo: escrevo aqui sobre o Caribe tal como visto por antropólogos e, também, sobre a antropologia tal como vista do Caribe. Essa revisão bibliográfica repousa sobre a coincidência entre algumas zonas de debilidade da teoria antropológica e áreas de interesse de caribeanistas. Não reivindico nem exaustividade nem representatividade estatística ao tratar da literatura, e minhas delimitações são arbitrárias e vagas. Enfatizo um presente que abrange a maior parte dos últimos 20 anos, mas minha abordagem — para não falar da ausência de qualquer foco no Caribe nos volumes anteriores da *Annual Review of Anthropology* — justifica incursões em passados mais remotos. Concentro-me em trabalhos disponíveis em inglês, língua predominante

* Nota dos Tradutores: Publicado originalmente em *Annual Review of Anthropology*, n. 21 (1992), pp. 19-42.

da etnologia caribenha, mas tal ênfase não deixa de ser arbitrária. Mais importante, uma vez que estou me dirigindo tanto a especialistas quanto a leigos, eu aplainarei algumas arestas e não darei a devida atenção a alguns segmentos desse *corpus*, particularmente à antropologia da cura e da religião, e aos estudos urbanos.¹ Temáticas da linguística crioula, da etnografia e da política da linguagem no Caribe geraram muitos estudos sólidos e merecem tratamento separado, assim como a literatura sobre migração. O leitor pode consultar outros ensaios bibliográficos sobre tópicos específicos ou períodos anteriores, outros levantamentos bibliográficos, ou bibliografias de bibliografias.²

O ensaio está organizado em torno de três grandes temas e suas ramificações: “heterogeneidade”, “historicidade” e do que chamo de “articulação” (questões relativas a níveis e demarcações, à natureza e aos limites da unidade de observação ou de análise). Não vejo tais temas como agrupamentos óbvios de um *corpus* caribenho autocontido, mas como marcadores que ressaltam o encontro entre os estudos caribenhos e a antropologia, como postos dispersos na fronteira aberta.

Uma região indisciplinada

O desembarque de Cristóvão Colombo no Caribe em 1492 forneceu à então nascente Europa o espaço material e simbólico necessário para

¹ Lawrence E. Fisher, *Colonial Madness. Mental Health in the Barbadian Social Order*, New Brunswick: Rutgers University Press, 1985; Michel S. Laguerre, *Urban Life in the Caribbean*, Cambridge: Schenkman, 1982; George E. Simpson, *Religious Cults of the Caribbean, Trinidad, Jamaica and Haiti*, Rio Piedras: Institute of Caribbean Studies-University of Puerto Rico, 1980; H. U. E. Thoden van Velzen e W. van Wetering, *The Great Father and the Danger. Religious Cults, Material Forces, and Collective Fantasies in the World of the Surinamese Maroons*, Dordrecht; Providence: Foris, 1983.

² G. A. Banck, “Anthropological research on the Caribbean and Latin America”, *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, v. 44 (1988), pp. 29-38; Riva Berleant-Schiller, “Plantation society and the Caribbean present, part I: history, anthropology and the plantation”, *Plantation Society in the Americas*, v. 1, n. 3 (1981), pp. 387-409; Lambros Comitas, *The Complete Caribbeana*, Millwood: KTO Press, 1977; Sidney W. Mintz, “History and Anthropology, a Brief Reprise”, in Eugene D. Genovese (ed.), *Race and Slavery in the Western Hemisphere. Quantitative Studies* (New Jersey: Princeton University Press, 1975), pp. 477-94; Richard Price, “Studies of Caribbean Family Organization, Problems and Prospects”, *Dédalido-Revista de Arte e Arqueologia*, v. 4, n. 14 (1971), pp. 23-58.

estabelecer sua imagem do Outro Selvagem.³ Não é de se estranhar que foi nas ilhas caribenhas e nas porções continentais do entorno que surgiu um certo tipo de etnografia comparativa no século XVI, com os escritos de estudiosos espanhóis.⁴ Mas o Caribe foi também o primeiro local em que a Europa realizou a sistemática destruição do Outro, com o genocídio dos caribes e aruaques das Antilhas. Quando o Iluminismo retornou ao mito do nobre selvagem, reciclando, violentamente, os debates sobre antropologia filosófica que marcaram a Renascença, a maior parte das Antilhas era povoada por populações africanas que haviam atravessado o Atlântico acorrentadas, e por seus descendentes afro-crioulos, também escravizados. Muitos desses escravos trabalharam em *plantations*⁵ dirigidas por europeus orientados para o lucro, em termos bastante “modernos”.⁶

A escravidão acabou no Caribe mais ou menos no mesmo período em que as ciências sociais se afastavam do direito e da história na Europa e nos Estados Unidos; mas já então o Caribe havia se tornado uma excentricidade para a academia ocidental. O rápido extermínio das populações ameríndias, a precoce integração da região ao circuito internacional do capital, as migrações forçadas de africanos escravizados e de trabalhadores asiáticos contratados,⁷ a abolição da escravidão via

³ Michel-Rolph Trouillot, “Good day Columbus. Silences, Power and Public History (1492-1992)”, *Public Culture*, v. 3, n. 1 (1990), pp. 1-24; Michel-Rolph Trouillot, “Anthropology and the Savage Slot, the Poetics and Politics of Otherness”, in R. G. Fox (ed.), *Recapturing Anthropology* (Santa Fe: Scholl for Advanced Research, 1991), pp. 17-41.

⁴ Anthony Pagden, *The Fall of Natural Man. The American Indian and the Origins of Comparative Ethnography*, Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

⁵ N. dos T.: O termo inglês *plantation* designa um modelo de organização do trabalho característica do Caribe e de outros locais do espaço atlântico, desenvolvido sobretudo no século XVI, caracterizado pela monocultura, produção para exportação, latifúndio e mão de obra escrava, engajada ou de contrato (ver próxima nota). Frequentemente é traduzido por “plantação” em português, mas muitos autores têm escolhido manter o termo em inglês para frisar sua especificidade histórica e conceitual. Seguiremos tal escolha.

⁶ Sidney W. Mintz (ed.), *History, Evolution and the Concept of Culture. Selected Papers by Alexander Lesser*, Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

⁷ N. dos T.: O sistema de trabalho contratado (*indentured labour*) foi implementado por diversas potências coloniais europeias no Caribe após o término da escravidão negra, com vistas a garantir suprimento regular e contínuo de trabalhadores(as) para realizarem tarefas agrícolas, em especial em *plantations* de açúcar. Os contratos de trabalho em geral tinham a duração de cinco anos, cabendo aos plantadores suprir alojamento, alimentos e cuidados médicos aos contratados. Homens e mulheres foram recrutados na China, em Portugal (Madeira e Açores), em Java e, em menor medida, na África e na Europa. O país que forneceu maior número de trabalhadores contratados foi a Índia, de onde mais de 500.000 pessoas partiram para o Caribe.

emancipação ou revolução; tudo isso significava que o Caribe não se encaixaria nas divisões emergentes da academia ocidental. Com uma população predominantemente não branca, o Caribe não era “ocidental” o suficiente para se adequar aos interesses de sociólogos. Todavia, não era “nativo” o suficiente para se encaixar totalmente no compartimento selvagem⁸ no qual os antropólogos buscavam seus objetos de estudo favoritos. Quando E. B. Tylor publicou o primeiro manual de antropologia geral em língua inglesa, em 1881, Barbados já era “britânico” há dois séculos e meio, Cuba já era “espanhola” há quase quatro séculos, e o Haiti já era um estado independente há três gerações — após um longo século de domínio francês durante o qual fora responsável por metade do comércio exterior da metrópole. Esses não eram exatamente lugares para se procurar primitivos. Sua própria existência questionava a dicotomia Ocidente/não Ocidente e a categoria de nativo, premissas sobre as quais a antropologia se baseava.

Todo o *corpus* da antropologia cultural do Caribe, das décadas iniciais do século XX ao presente, pode ser lido sob o pano de fundo dessa incongruência básica entre o objeto tradicional da disciplina e a inescapável história da região. Sob esse viés, muitos enigmas do encontro se encaixam, incluindo a relativa evitação do Caribe pela antropologia norte-americana.⁹ Até os anos 1940, acadêmicos nativos do Haiti, de Cuba ou de Porto Rico estavam mais dispostos do que estrangeiros a aplicar as ferramentas da análise antropológica ao estudo de seus conterrâneos. Posteriormente, à medida que a antropologia caribenha desenvolvia seus interesses específicos, algumas das zonas mais frágeis da teoria antropológica se sobrepuseram a preocupações das quais os caribbeanistas não podiam escapar totalmente. Mesmo o crescente interesse na antropologia afro-americana no início da década de 1970¹⁰ fracassou em conferir total

⁸ N. dos T.: Dentre os conceitos cunhados pelo autor, *savage slot* é um dos que mais repercutiu na antropologia brasileira. Não há, porém, tradução padronizada para a expressão. As seguintes opções já foram usadas por acadêmicos lusófonos: “fenda selvagem”, “escaninho do selvagem” e “nicho selvagem”. Optamos por “compartimento selvagem” para evitar o literalismo demasiado de “fenda” e, simultaneamente, manter a metáfora espacial de *slot* (“encaixe”, “ranhura”, “fresta”, “fenda”, “compartimento”), não captada pelos termos “escaninho” e “nicho”.

⁹ Sidney W. Mintz, “History and Anthropology”.

¹⁰ Michael Horowitz (ed.), *Peoples and Cultures of the Caribbean, an Anthropological Reader*, Garden City: The Natural History Press, 1971; N. E. Whitten e J. F. Szwed (eds.), *Afro-American Anthropology*, New York: Free Press, 1970.

legitimidade ao Caribe junto à corporação. Hoje, enquanto a antropologia continua a nutrir um legado de *tropos* e conceitos aprimorados por meio da observação de sociedades antes tidas como “simples” (senão “primitivas”), *outsiders*¹¹ continuam a confrontar-se com o fato de que as sociedades caribenhas há muito são estranhamente, mas certamente, “complexas” (senão “modernas”).

Sem cancelas na fronteira

Três aspectos relacionados dessa complexidade sustentam as linhas de tensão entre o discurso antropológico e a etnologia caribenha. Em primeiro lugar, as sociedades caribenhas são inescapavelmente heterogêneas. Se os selvagens de outros lugares chegaram a parecer iguais entre si para a maioria dos antropólogos, o Caribe tem sido, há muito tempo, uma área em que certos povos marcadamente distintos entre si vivem próximos uns aos outros. A região — e, dentro dela, territórios particulares — há muito é multirracial, multilíngue, estratificada e, alguns diriam, multicultural.¹² Em segundo lugar, essa heterogeneidade é reconhecidamente resultado da história, ao menos em parte. As sociedades caribenhas são inescapavelmente históricas, no sentido de que partes de seu passado distante são não apenas conhecidos, mas reconhecidamente distintos de seu presente e, ainda assim, relevantes para os entendimentos desse

¹¹ N. dos T.: Trouillot parece jogar com dois possíveis sentidos de *outsiders* (“forasteiros”): “leigos”, ou seja, *antropólogos* que não são especialistas em Caribe; e “estrangeiros”, isto é, antropólogos e outras pessoas nascidas e criadas fora do Caribe. Esta é uma das muitas ironias presentes ao longo do texto. Ainda que algumas possam ter-nos ultrapassado, tentamos traduzir aquelas que encontramos buscando metáforas com conotações análogas em português.

¹² Ramesh Deosaran, “The Social Psychology of Cultural Pluralism, Updating the Old”, *Caribbean Quarterly*, v. 33, n. 1-2 (1987), pp. 1-19; Ramesh Deosaran, “Some Issues in Multiculturalism, the Case of Trinidad & Tobago in the Post-Colonial Era”, *Caribbean Quarterly*, v. 33, n. 1-2 (1987), pp. 61-80; Sidney W. Mintz e Richard Price, *The Birth of African-American Culture, an Anthropological Perspective*, Boston: Beacon Press, 1992 [1976]; Helen I. Safa, “Popular Culture, National Identity, and Race in the Caribbean”, *New West Indian Guide*, v. 61, n. 3-4 (1987), pp. 115-26; Michael G. Smith, *The Plural Society in the British West Indies*, Berkeley: University of California Press, 1965; Michael G. Smith, “Comment on Austin’s ‘Culture and Ideology in the English-Speaking Caribbean’”, *American Ethnologist*, v. 11, n. 1 (1984), pp. 183-5; R. A. J. van Lier, *Development and Nature of Society in the West Indies*, Amsterdam: Koninklijke Vereeniging Indisch Instituut, 1950.

presente, tanto para observadores quanto para nativos.¹³ Não há consenso sobre em que medida o passado é relevante, mas alguns dos primeiros ataques à “falácia do presente etnográfico”¹⁴ vieram do Caribe.

Seguramente, o Caribe não é a única região na qual a heterogeneidade e a historicidade assombraram os praticantes de uma disciplina que fizera da profundidade histórica um atributo exclusivo das sociedades ocidentais. Em outros lugares, entretanto, a investigação dessa complexidade foi muitas vezes bloqueada pelos antropólogos ao proporem conceitos guarda-cancelas (*gatekeeping concepts*¹⁵): hierarquia na Índia, honra e vergonha no Mediterrâneo etc.¹⁶ Tal manobra, em minha visão, refletiu também a hierarquização ocidental de determinados Outros. Cancelas antropológicas à parte, a “sinologia” tende a ser tomada como um campo separado, e qualquer reunião de “orientalistas” tende a ser entendida como uma reunião acadêmica. Essas especialidades não costumam ser entendidas como similares a corpos ou instituições de conhecimento — e poder — que lidam com várias outras partes do mundo. Alguém abrirá a caixa de Pandora ao sugerir que tais classificações implícitas são baseadas em critérios “objetivos”?

Ainda assim, “guardar cancelas”, enquanto uma estratégia antropológica específica, teve relativo sucesso em muitas sociedades complexas

¹³ Jack Alexander, “Love, Race, Slavery and Sexuality in Jamaican Images of the Family”, in Raymond T. Smith (ed.), *Kinship, Ideology and Practice in Latin America* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1984), pp. 147-80; J. Bernabé, P. Chamoiseau e R. Confiant, *Éloge de la créolité*, Paris: Gallimard, 1989; Mark McWatt, “The Preoccupation with the Past in West Indian Literature”, *Caribbean Quarterly*, v. 28, n. 1-2, (1982), pp. 12-9; Richard Price, *Alabi's World*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.

¹⁴ Michael G. Smith, “History and Social Anthropology”, *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, v. 92 (1962), p. 76-7.

¹⁵ N. dos T.: Derivada de usos mais antigos no jornalismo e na psicologia, a ideia de *gatekeeping* enquanto prática e dos *gatekeeping concepts* que auxiliam tais práticas, ganhou espaço na antropologia, sobretudo a partir do importante artigo de Appadurai, citado na nota abaixo. Dentre os antropólogos escrevendo em português que se valeram da ideia, encontramos apenas um que ousou traduzir a expressão, vertendo-a para “conceitos encarcerados”. O problema é que entendemos que os conceitos não estão eles mesmos presos, mas são as ferramentas que controlam entradas e saídas de informação, limitando e circunscrevendo a teorização antropológica em determinada região. Deixar o conceito em inglês poderia ser confortável, mas, como existem diversas opções possíveis em português — guardião, porteiro, guarda-barreiras — parecia mais coerente optar por alguma. “Guarda-cancelas”, ao nosso ver, é a expressão que melhor retêm a dimensão metafórica de *gatekeeping*.

¹⁶ Arjun Appadurai, “Theory in Anthropology, Center and Periphery”, *Comparative Studies in Society and History*, v. 28, n. 3 (1986), pp. 356-61.

fora do Caribe, porque antropólogos que trataram dessas regiões podiam fazer referências vazias à história enquanto usavam-na como barreira de proteção contra a investigação histórica.¹⁷ Com a história mantida a uma distância segura, antropólogos podiam simultaneamente resgatar o “nativo” e renunciar ao primitivo. Conceitos guarda-cancelas são traços ditos “nativos”, mistificados pela teoria de modo a aprisionar o objeto de estudo. Eles agem como simplificadores teóricos que restabelecem o presente etnográfico e protegem a atemporalidade da cultura.

A prática de guardar cancelas nunca teve sucesso no Caribe. Aqui, os temas da heterogeneidade e a historicidade abriram novos panoramas, desviando energias para longe da simplificação teórica. Cada um desses temas aponta a seu modo para uma terceira característica da paisagem sociocultural: o fato de que as sociedades caribenhas são inerentemente coloniais. Não se trata, apenas, do fato de que todos os territórios caribenhos foram conquistados por alguma potência ocidental. Nem apenas dos fatos de que são as mais antigas colônias do Ocidente, e que tal colonização foi parte do processo material e simbólico que fez emergir o Ocidente tal qual o conhecemos. Trata-se do fato de que suas características sociais e culturais — e, há quem diga, as idiosincrasias individuais de seus habitantes¹⁸ — não podem ser compreendidas, ou mesmo descritas, sem referência ao colonialismo.

Essa característica inescapável inviabiliza o resgate do nativo, mesmo quando o colonialismo não é evocado explicitamente. Aqui, não há modo de satisfazer a obsessão antropológica com culturas “puras”.¹⁹ Mesmo populações como os “Karib das Ilhas” de Dominica e St. Vincent, ou os garifunas continentais são reconhecidamente produtos de complexas misturas.²⁰ Enquanto a antropologia prefere situações de

¹⁷ Cf. Lila Abu-Lughod, “Zones of Theory in the Anthropology of the Arab World”, *Annual Review of Anthropology*, v. 18 (1989), pp. 267-306.

¹⁸ Fisher, *Colonial Madness*.

¹⁹ Sidney W. Mintz, “The Caribbean Region”, in Sidney W. Mintz (ed.), *Slavery, Colonialism, and Racism* (New York: Norton, 1974), pp. 45-71; Hymie Rubenstein, “Caribbean Family and Household Organization, Some Conceptual Clarifications”, *Journal of Comparative Family Studies*, v. 14, n. 3 (1983), pp. 283-98; Raymond T. Smith, “The Family in the Modern World System, Some Observations from the Caribbean”, *Journal of Family History*, v. 3 (1978), pp. 337-60.

²⁰ Nancie L. Gonzalez, “New Evidence on the Origin of the Black Carib with Thoughts on the Meaning of Tradition”, *New West Indian Guide*, v. 57, n. 3-4 (1983), pp. 143-72; Nancie L. Gonzalez, *Sojourners of the Caribbean. Ethnogenesis and Ethnohistory of the Garifuna*, Urbana: University of Illinois Press, 1988;

“pré-contato” — ou fabrica situações de “não contato” —, o Caribe não é nada além de contato.

Compreensivelmente, as barreiras disciplinares são bastante flexíveis. Antropólogos envolvem-se com historiadores, economistas e formuladores de políticas públicas;²¹ e muitos publicam tanto em periódicos regionais e históricos quanto em publicações organizadas pela corporação. Temas guarda-cancelas nunca conseguem reunir, na disciplina, um número de seguidores grande o bastante para permitir fermentação. Os principais *tropos* da antropologia duram relativamente pouco na fronteira, na medida em que tópicos rivais esgueiram-se pelos campos abertos e estabelecem novas linhas de troca. Sozinha, a teoria não consegue enclausurar o objeto de estudo, não porque a realidade do Caribe seja mais confusa que qualquer outra, mas porque a teoria antropológica ainda necessita acertar contas com a confusão gerada pelo colonialismo, empregando ferramentas tão convenientes quanto honra e vergonha, o sistema de castas, ou a piedade filial. Ainda assim, também em parte por causa do colonialismo, as delimitações empíricas não são tão nítidas nessa região de enclaves pré-fabricados e fronteiras abertas, onde a própria “unidade de existência empírica”²² — para não falar da unidade de análise — é uma questão aberta a controvérsias.

C. J. M. R. Gullick, *Myths of a Minority. The Changing Traditions of the Vincentian Caribs*, Assen: Van Gorcum, 1985; D. Taylor Steady, “Kinship and Social structure of the island Carib”, *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 2 (1946), pp. 180-212.

²¹ A. L. Bolles, “Kitchens Hit by Priorities, Working Class Women Confront the IMF”, in J. Nash e M. P. Fernandez-Kelly, *Women, Men, and the International Division of Labor* (Albany: State University of New York Press, 1983), pp. 138-60; Jerome S. Handler, “Slave Revolts and Conspiracies in Seventeenth-Century Barbados”, *New West Indian Guide*, v. 56, n. 1-2 (1982), pp. 5-42; Jerome S. Handler, “Freedmen and Slaves in the Barbados Militia”, *The Journal of Caribbean History*, v. 19, n. 1 (1984), pp. 1-25; Woodville K. Marshall, *The Post-Slavery Labour Problem Revisited*, Kingston: University of West Indies, 1990; Frank Moya Pons, *El Batey. Estudio socioeconómico de los bateyes del Consejo Estatal del Azúcar*, Santo Domingo: Fondo para el Avance de las Ciencias Sociales, 1986; Michel-Rolph Trouillot, “Labour and Emancipation in Dominica. Contribution to a Debate”, *Caribbean Quarterly*, v. 30, n. 3-4 (1984), pp. 73-84.

²² Raymond T. Smith, *Kinship and Class in the West Indies*, Cambridge: New York: Cambridge University Press, 1988, p. 2.

Heterogeneidade

Se a complexidade é o que primeiro impressiona o antropólogo quando olha para sociedades caribenhas, e se a heterogeneidade é ao menos um dos marcadores dessa complexidade, o que, então, mantém essas sociedades unidas? Michael G. Smith sustentou consistentemente sua resposta a essa questão ao longo dos anos. “O monopólio de poder por uma seção cultural é a condição essencial para a manutenção da sociedade total em sua forma atual”,²³ escreve o autor, citando a si mesmo após 24 anos. Para M. G. Smith, as sociedades caribenhas são “plurais”: exibem estratos antagônicos com culturas diferentes. Elas permanecem como essencialmente entidades políticas ocas — preenchidas com sistemas de valores justapostos e incompatíveis, com diferentes conjuntos de instituições —, mantidas unidas tão somente pelo poder vertical do estado.²⁴

O debate sobre o uso que M. G. Smith faz do conceito de “sociedade plural” foi extenso — extenso demais, alguns diriam.²⁵ Caribeístas de várias convicções não enxergam o mesmo muro intransponível que M. G. Smith erige entre seus grupos corporados. Além do mais, a distinção entre sociedades plurais e não plurais nunca pareceu convincente para o restante da corporação, e poucos acadêmicos²⁶ adotaram a abordagem de Smith. Não obstante sua inflexibilidade, Smith eloquentemente levanta a questão da relação entre heterogeneidade e poder, uma questão que ainda merece ser levada mais a sério por antropólogos, no Caribe e em outros lugares. Pois Smith acerta ao sugerir que ao menos no caso do Caribe não se pode presumir “cultura”, se a tomamos enquanto um princípio

²³ Smith, “Comment on Austin’s”, p. 183.

²⁴ Smith, *The Plural Society*; Michael G. Smith, *Culture, Race and Class in the Commonwealth Caribbean*, Mona: University of West Indies, 1984.

²⁵ Diane J. Austin, “Reply to M. G. Smith”, *American Ethnologist*, v. 11, n. 1 (1984), pp. 185-7; Willie L. Baber, “The Pluralism Controversy. Wider Theoretical Implications”, *Caribbean Quarterly*, v. 33, n. 1-2 (1987), pp. 81-94; Deosaran, “The Social Psychology”; Deosaran, “Some Issues”; Don Robotham, “Pluralism as an Ideology”, *Social and Economic Studies*, v. 29, n. 1 (1980), pp. 69-89; Don Robotham, “The Why of the Cockatoo?”, *Social and Economic Studies*, v. 34, n. 2 (1985), pp. 111-51; Michael G. Smith, “Robotham’s Ideology and Pluralism”, *Social and Economic Studies*, n. 32 (1983), pp. 103-39; Smith, Comment on Austin’s; Smith, *Culture, Race and Class*.

²⁶ Leo Despres (ed.), *Ethnicity and Resource Competition*, The Hague: Mouton, 1975; Rex Nettleford, *Caribbean Cultural Identity. The Case of Jamaica*, Los Angeles: Center for African-American Studies and UCLA Latin American Center, 1979.

de homogeneidade criado como que *ex nihilo*, que permitiria de alguma forma localizar seu paralelo em uma entidade igualmente delimitada chamada de “sociedade”.

Citação, louvor ou paráfrase?

M. G. Smith destaca os lugares de nascimento, as nacionalidades e as raças de seus diversos oponentes. O próprio Smith nasceu na Jamaica, e depara-se frequentemente com insinuações de que sua aplicação do conceito de sociedade plural é uma ideologia de classe média disfarçada de teoria social.²⁷ Infelizmente, a séria questão acerca do estatuto do discurso nativo permanece somente nas entrelinhas desse debate. Embora muitos acadêmicos de origem caribenha questionem, com razão, alguns dos pressupostos da abordagem da sociedade plural, é necessário perguntar por que abordagens que enfatizam a segmentação étnica ou cultural constituem uma corrente que atravessa gerações de estudos e literaturas caribenhos.²⁸ Essas abordagens são especialmente efetivas quando traduzidas para o âmbito das políticas estatais de etnólogos autodidatas como o haitiano François Duvalier, de “nativos” autoproclamados como o guianense Forbes Burnham ou o dominicano Balaguer,²⁹ ou de dissidentes e potenciais líderes golpistas no Suriname e em Trinidad. Em uma óbvia referência ao poder persuasivo de sua própria perspectiva, M. G. Smith afirma que “quem participa nesses processos e é mais diretamente afetado por eles” implicitamente sabe qual é o lado certo.³⁰ Esse argumento ao estilo “no frigidus dos ovos” não convence aqueles que acreditamos na possibilidade das ciências sociais, e que Goebbels não necessariamente

²⁷ Robotham, “Pluralism as”; Robotham, “The why”; Smith, “Robotham’s ideology”; Smith, “Comment on Austin’s”; Michael G. Smith, “Pluralism. Comments on an ideological analysis”, *Social and Economic Studies*, v. 36, n. 4 (1987), pp. 157-91.

²⁸ Nettleford, *Caribbean Cultural Identity*; Antonio Pedreira, *Insularismo. Ensayos de interpretación puertorriqueña*, Rio Piedras: Edil, 1968 [1934]; Jean Price-Mars, *So Spoke the Uncle*, Washington: Three Continents Press, 1983 [1928].

²⁹ N. dos T.: François Duvalier (1907-1971), médico, etnólogo e presidente do Haiti. Joaquín Balaguer (1906-2002), escritor, advogado e presidente da República Dominicana. Forbes Burnham (1923-1985), principal liderança afro-guianense na luta pela independência da Guiana; Burnham liderou o People’s National Congress (PNC) e foi Primeiro-Ministro e Presidente da Guiana. Um traço comum a esses três personagens foi o caráter repressor e ditatorial de suas administrações, permeadas por acusações de fraude e de perseguição a grupos políticos rivais.

³⁰ Smith, *Culture, Race and Class*, p. 35.

oferece a melhor análise do nazismo. Entretanto, o fato de que o ponto de vista de M. G. Smith efetivamente é um reflexo da ideologia da elite jamaicana não muda em uma vírgula o fato — igualmente “óbvio” — de que a pressuposição de ordem e homogeneidade, marca característica da ciência social ocidental, é, em si, o reflexo da consciência euro-americana dominante, um subproduto da invenção ideológica do Estado-Nação.

Essa não é uma questão trivial. Mesmo uma investigação superficial revela que os enunciados de caribenhos de diversas origens há muito são transportados aos relatos antropológicos com valores agregados desigualmente. Recentemente, Richard Price tem conduzido sistematicamente o registro das vozes e narrativas *do e sobre* o passado dos *maroons* saamaka,³¹ apresentando-as ao público acadêmico.³² Price sobressai-se na invenção intelectual de formas de citação, novos modos de marcar, na página publicada, tanto as delimitações quanto os diálogos entre vozes; mas, prudentemente, ele se mantém afastado de questões epistemológicas. Avançando sobre o caminho aberto por *First-Time*, o livro *Alabi's World* mistura, magistralmente, quatro vozes na página. R. Price nos oferece pistas sobre como “ouvir” três dessas vozes (de missionários morávios, proprietários de *plantations* neerlandeses e de saamaka nativos), mas nenhuma pista sobre como ler sua própria prosa e “trechos de outros acadêmicos”. Ainda assim, seria proveitoso perguntar qual filosofia do conhecimento devemos utilizar para avaliar discursos sociológicos ou históricos nativos, ou, aliás, de qualquer participante.³³ Como lidamos com as sobreposições e incompatibilidades entre juízos de participantes e da produção acadêmica euro-americana?³⁴ Como a antropologia

³¹ N. dos T.: Os *saamaka* são um dos seis povos *maroons* (descendentes de escravos fugitivos) que habitam sobretudo o Suriname e a Guiana Francesa. Nas línguas crioulas do Suriname, inclusive nas línguas dos próprios *maroons*, são chamados de *businenge* (literalmente “negros do mato”). Na academia anglófona, utiliza-se o termo *maroon* para designar comunidades de descendentes de fugitivos tão diversas quanto os *businenge* surinameses, os quilombolas brasileiros, os *ci-marrónes* cubanos, os *maroons* jamaicanos, os *nèg-mawon* haitianos etc. Optamos por manter o termo em inglês, seguindo o uso do autor. Seguindo uma grafia recentemente adotada, grafamos *saamaka* e não *saramaka*.

³² Richard Price, *First Time. The Historical Vision of an Afro-American People*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983. Price, *Alabi's World*.

³³ Richard Price e Sally Price (eds.), *Narrative of a Five Year Expedition against the Revolted Negroes of Suriname in Guiana, on the Wild Coast of South America, from the Year 1772 to the Year 1777, by John Gabriel Stedman*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.

³⁴ Virginia R. Dominguez, “Intended and Unintended Messages, the Scholarly Defense of one’s People”, *New West Indian Guide*, v. 60, n. 3-4 (1986), pp. 208-22; B. Vega (ed.), *Ensayos sobre cultura dominicana*, Santo Domingo: Museo del Hombre Dominicano, 1981.

lida com as similaridades entre, digamos, discursos porto-riquenhos sobre virilidade e nacionalismo e o construto de Peter Wilson sobre reputação e respeitabilidade? Como ela lida com as afinidades entre a crítica social de acadêmicos haitianos na década de 1930 e a noção de “ambivalência socializada” em Herskovits? Identificar acadêmicos independentemente da autoctonia³⁵ reabre questões epistemológicas que poderíamos desejar adiar. Ainda assim, mesmo deixando de lado a questão do conhecimento enquanto verdade, quem é o *outsider* que confere relevância semiótica diferenciada a vozes nativas alternativas?³⁶ E quem, afinal, outorga autoctonia?³⁷ No Caribe, não há ponto de vista “nativo” no sentido suposto por Geertz,³⁸ não há ombro privilegiado no qual se apoiar. Essa é uma região em que o pentecostalismo é tão “nativo” quanto o rastafarianismo, em que alguns “negros do mato” [*Bush Negros*] já eram cristãos muito antes dos texanos se tornarem “americanos”, em que indianos³⁹ [*East Indians*] encontram conforto em rituais “africanos” do Shango.⁴⁰

A antropologia como um todo precisa ainda atingir um consenso acerca do estatuto epistemológico e da relevância semiótica do discurso nativo. O discurso nativo é uma citação direta, uma citação indireta, ou uma paráfrase? De quem é a voz, uma vez que ela adentra o campo discursivo dominado pela lógica acadêmica? Seu valor é referencial, indicial,

³⁵ N. dos T.: O termo *nativeness* oferece um desafio para a tradução em português, uma vez que as formas substantivadas de “nativo” em nossa língua (“natividade” e “nativismo”) carregam significados radicalmente diferentes dos propostos por Trouillot, que trata das especificidades da ideia de “nativo” dentro do discurso antropológico. Como “autoctonia” não carrega a ideia perfeitamente, que se entenda “a qualidade de ser nativo” quando tal termo aparecer neste texto.

³⁶ Richard Price, *Ethnographic History, Caribbean Pasts*, College Park: University of Maryland, Working Papers, 1990.

³⁷ Dominguez, “Intended and Unintended”; Rex Nettleford, *Mirror Mirror. Identity, Race and Protest in Jamaica*, Kingston: William Collins & Sangster, 1970; Vega (ed.), *Ensayos sobre*.

³⁸ Clifford Geertz, “From the Native’s Point of View. On the Nature of Anthropological Understanding”, in K. Basso e H. A. Selby (eds.), *Meaning in Anthropology* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1976), pp. 221-37.

³⁹ N. dos T.: Ver nota 32 a respeito dos “negros do mato”. *East Indians* é a categoria analítica empregada em referência a trabalhadores(as) indianos(as) contratados(as), bem como a seus descendentes. Shango, também conhecido como Orisha Religion, é uma formação religiosa afro-trinidadiana influenciada por práticas provenientes da África Ocidental — e, mais especificamente, de iorubás — e pelo catolicismo.

⁴⁰ Diane J. Austin-Broos, “Pentecostals and Rastafarians, Cultural, Political, and Gender Relations of Two Religious Movements”, *Social and Economic Studies*, v. 36, n. 4 (1987), pp. 1-39; Frances Henry, “Religion and Ideology in Trinidad. The Resurgence of the Shango Religion”, *Caribbean Quarterly*, v. 29, n. 3-4 (1983), pp. 63-9; Price, *Alabi’s World*.

fático ou poético? O problema é agravado no Caribe pela dominação colonial, cuja duração e alcance intelectual desafiam a maior parte dos entendimentos sobre autoctonia. Ao menos alguns intelectuais residentes no Caribe há muito têm sido interlocutores de debates europeus sobre a região.⁴¹ Nenhum campo discursivo é integralmente “nosso” ou “deles”. É emblemática a sugestão de Diane Austin⁴² de que a antropologia caribenha é marcada por uma antinomia analítica entre, de um lado, o par resistência-dominação e, de outro, pela integração-dominação, pois dualidades dessa ordem reverberam no discurso intelectual caribenho.⁴³ Porém, tais dualidades sustentam-se somente se nós não tentamos situar cada autor em um polo ou outro.

Em todo caso, o verdadeiro debate não é sobre se a heterogeneidade existe, mas sobre onde situá-la e, literalmente, o que fazer com ela. A resposta a essa questão liga-se a ideias sobre o que são as sociedades caribenhas e, igualmente importante, liga-se a teorias sobre cultura e sociedade. Isso é o que quero dizer quando afirmo que o fato inescapável da heterogeneidade caribenha coloca questões fundamentais à teoria antropológica que a maior parte dos antropólogos resolveu ignorar. Raymond T. Smith, um dos primeiros oponentes intelectuais de M. G. Smith, já o disse há muito tempo, embora em termos mais suaves e em um contexto diferente.

Gênero, organização social e o mundo mais amplo

Em um artigo bibliográfico de 1963 sobre estudos de parentesco e família no Caribe — então o tema dominante na etnologia caribenha —, R. T. Smith afirmou:

[...] o maior problema é o que sempre tem sido: relacionar padrões familiares e de escolhas de parceiros conjugais e sexuais a outros fatores

⁴¹ Edouard Glissant, *Caribbean Discourse - Selected Essays*, Charlottesville: University of Virginia Press, 1989; Gordon K. Lewis, *Main Currents in Caribbean Thought. The Historical Evolution of Caribbean Society in its Ideological Aspects, 1492-1900*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983; Price-Mars, *So Spook*; Robotham, “The why”.

⁴² Diane J. Austin, “Culture and Ideology in the English-Speaking Caribbean. A View from Jamaica”, *American Ethnologist*, v. 10, n. 2 (1983), pp. 223-40.

⁴³ Lewis, *Main Currents*.

nos sistemas sociais contemporâneos e às tradições culturais dos povos em questão. Aqui o progresso é menos impressionante porque nós ainda não temos clareza sobre a natureza dessas sociedades.⁴⁴

A preocupação de R. T. Smith não deve ser lida somente como reflexo da busca funcionalista por princípios estruturantes. Por mais que pareça convincente em casos de aparente homogeneidade, o pressuposto de que o trabalho de campo irá, de alguma forma, revelar a natureza da entidade sob estudo desmorona completamente na fronteira. A afirmação de Smith demonstra como as manifestações inescapáveis da complexidade direcionam o olhar do antropólogo a um horizonte mais amplo. A afirmação sugere o porquê de a fartura de estudos de parentesco não ter conduzido a conceitos guarda-cancelas duradouros na antropologia caribenha: a heterogeneidade do conjunto impossibilitou que a unidade doméstica, a família matrifocal ou a atribuição de papéis de gênero gerassem simplificações teóricas, apesar de uma onda de publicações que reciclaram um número restrito de temas.

Não posso fazer justiça a esse abundante *corpus* (mais de 200 títulos entre 1970 e 1990) que desencadeou, por sua vez, várias antologias, bibliografias e revisões.⁴⁵ As correntes são múltiplas, embora elas tendam a se entrecruzar em torno do papel, ou do fardo, das mulheres enquanto mães, criadoras e responsáveis por filhos, e enquanto cônjuges. À sua maneira, os estudos de parentesco caribenhos sempre foram estudos de gênero e sempre insistiram em que o gênero é uma via de mão dupla. Isso tem a ver, ironicamente, com uma preocupação precoce com políticas públicas da parte de funcionários do governo que encaravam as famílias afro-caribenhas como “desviantes”, simplesmente por não se enquadrarem no modelo de consciência ocidental de família nuclear.⁴⁶

⁴⁴ Raymond T. Smith, “Culture and Social Structure in the Caribbean”, in Michael Horowitz (ed.), *Peoples and Cultures of the Caribbean, an Anthropological Reader* (Garden City: The Natural History Press, 1971), p. 472.

⁴⁵ e.g. Lionel V. Lorona, *Bibliography of Latin American and Caribbean Bibliographies*, Madison: University of Wisconsin-Madison, 1983-1987; Price, “Studies of Caribbean”; Robotham, “The why”; Rubenstein, “Caribbean Family”; Bertie A. C. Stuart, *Women in the Caribbean, a Bibliography*, Leiden: Department of Caribbean Studies, 1985.

⁴⁶ Rubenstein, “Caribbean Family”; Hymie Rubenstein, *Coping with Poverty. Adaptive Strategies in a Caribbean Village*, Boulder: Westview, 1987; Raymond T. Smith, *Race and Class in the Post-Emanicipation Caribbean*, in E. Ross (ed.), *Racism and Colonialism* (The Hague: Martinus Nijhoff, 1982),

Tal como nos Estados Unidos, as visões desses burocratas foram ecoadas por cientistas sociais que queriam explicar — ou justificar — tais “anormalidades”, como, por exemplo, os “pais ausentes”.

Dois estudos pioneiros continuam a influenciar a tônica da pesquisa: *My Mother Who Fathered me*, de Edith Clarke, e *The Negro Family in British Guiana*, de Raymond T. Smith.⁴⁷ O legado de R. T. Smith talvez seja, para seu desgosto, a frequentemente mal-empregada noção de matrifocalidade. Smith insiste que cunhou o termo não no sentido de famílias lideradas por mulheres ou mesmo de famílias consanguíneas, como outros creem, mas para sublinhar o papel de mulheres enquanto mães.⁴⁸ O legado de Clarke segue mais na direção da patologia social. Mais recentemente, o construto de Peter Wilson da “reputação e respeitabilidade”, que amarra papéis de gênero à sociedade mais ampla, quase se tornou o tropo central da antropologia caribenha, precisamente por não tratar o doméstico como um domínio fechado. Criticando o fato de a “organização social” ter sido um codinome para estudos limitados do puramente “doméstico”, Wilson postulou uma oposição pan-caribenha entre um sistema de valor interno (“reputação”) — que enfatiza a igualdade, a virilidade e as normas de classes baixas — e um sistema de valor externo (“respeitabilidade”) — que enfatiza a hierarquização, a feminilidade e a respeitabilidade elitista.⁴⁹ Esse esquema é mais engenhoso do que a maioria das dualidades que assolam os estudos caribenhos, daí seu impacto duradouro na literatura.⁵⁰ Porém, é tão bem amarrado que gera desconforto, daí a relutância da maioria dos caribeanistas em utilizar essa oposição como simplificador geral. A polarização de Wilson requer fortes modificações quando o observador aborda as particularidades históricas e

pp. 93-119; Raymond T. Smith, “Hierarchy and the Dual Marriage System in West Indian Society”, in Jane F. Collier e Sylvia J. Yanagisako (eds.), *Gender and Kinship. Essays toward a Unified Analysis* (Stanford: Stanford University Press, 1987), pp. 163-96.

⁴⁷ Edith Clarke, *My Mother Who Fathered Me. A Study of Three Selected Communities in Jamaica*, London: George Allen and Unwin, 1957; Raymond T. Smith, *The Negro Family in British Guiana*, London: Routledge and Kegan Paul, 1956.

⁴⁸ Raymond T. Smith, “The Matrifocal Family”, in Jack Goody (ed.), *The Character of Kinship* (Cambridge: Cambridge University Press, 1973), pp. 121-44; Smith, “The Family”.

⁴⁹ Peter J. Wilson, “Reputation and Respectability. A Suggestion for Caribbean Ethnology”, *Man*, v. 4 (1969), pp. 70-84; Peter J. Wilson, *Crab Antics, The Social Anthropology of English-Speaking Negro Societies of the Caribbean*, New Haven; London: Yale University Press, 1973.

⁵⁰ e.g. R. D. Abrahams, *The Man-of-Words in the West Indies. Performance and the Emergence of Creole Culture*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983; Rubenstein, *Coping with Poverty*.

sociais de territórios específicos, especialmente no que tange às relações entre gênero, o sistema dual de valores, e o colonialismo.⁵¹

Novos paradigmas ainda estão para emergir, apesar da abundância de abordagens renovadoras sobre gênero e família. Posso tão somente mencionar algumas: o apelo pela incorporação de uma abordagem êmica às etnografias sobre “organização social”;⁵² por distinções mais cuidadosas entre o núcleo doméstico e a família;⁵³ ou pela reconceitualização do núcleo doméstico consanguíneo;⁵⁴ o apelo por estudos mais sistemáticos acerca do amplo espectro de responsabilidades femininas;⁵⁵ ou pela delimitação das propriedades, esferas ou domínios ligados ao gênero à luz dos papéis econômicos.⁵⁶ As duas últimas estratégias nem sempre apontam para divisões simplistas que alocam as mulheres na casa e deixam o mundo para os homens. Nem entre os *maroons* relativamente isolados do Suriname, nem em Barbados, possivelmente uma das ilhas mais ocidentalizadas, ideais culturais e a aplicação de papéis de gênero replicam totalmente os padrões ocidentais dominantes.⁵⁷ Ademais, o argumento sobre domínios — materiais ou simbólicos — centrados em mulheres é, em geral, ancorado em bases mais sofisticadas do que em um modelo de base/superestrutura no qual o gênero replicaria a divisão do trabalho.⁵⁸ Além disso, a própria divisão do trabalho nem sempre opera como a maior parte dos ocidentais esperaria. A especialização em atividades econômicas independentes,

⁵¹ Karen Fog Olwig, “The Struggle for Respectability. Methodism and Afro-Caribbean Culture on 19th-Century Nevis”, *New West Indian Guide*, v. 64, n. 3-4 (1990), pp. 93-114.

⁵² Ira P. Lowenthal, *Marriage is 20, Children are 21: the Cultural Construction of Conjugalinity and the Family in Rural Haiti* (PhD Thesis, Johns Hopkins University, 1987); Price, “Studies of Caribbean”; Sally Price, *Co-Wives and Calabashes*, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

⁵³ Rubenstein, “Caribbean Family”.

⁵⁴ Nancie L. Gonzalez, “Rethinking the Consanguineal Household and Matrifocality”, *Ethnology*, v. 23 (1984), pp. 1-12.

⁵⁵ Victoria Durant-Gonzales, “The realm of Female Familial Responsibility”, in Joycelin Massiah (ed.), *Women in the Caribbean Research. v. 2: Women and Family* (Cave Hill: Institute of Social and Economic Research, 1982).

⁵⁶ Riva Berleant-Schiller, “Production and Division of Labor in a West Indian Peasant Commune”, *American Ethnologist*, v. 4, n. 2 (1977), pp. 253-72.

⁵⁷ Graham Dann, *The Barbadian Male. Sexual Attitudes and Practice*, Kingston: Macmillan Caribbean, 1987; Price, *Co-Wives*; Constance Sutton e Susan Makiesky-Barrow, “Social Inequality and Sexual Status in Barbados”, in F. Steady (ed.), *The Black Woman Cross-Culturally* (Cambridge: Schenkman, 1981), pp. 469-98.

⁵⁸ Austin-Broos, “Pentecostals and Rastafarians”; Jean Stubbs, “Gender Construct of Labour in Prerevolutionary Cuban Tobacco”, *Social and Economic Studies*, v. 37, n. 1-2 (1988), pp. 241-70; Wilson, *Crab Antics*.

notadamente a compra e venda de produtos, frequentemente facultada a *mulheres* de origem rural certas entradas ao mundo mais amplo.⁵⁹ Homens podem ocupar esquinas e dedicarem-se a comportamentos libidinosos em contextos não familiares,⁶⁰ mas o mundo da mulher não é, de forma alguma, “privado”, tal como a palavra é entendida por norte-americanos.⁶¹ Os dados não provam que a igualdade de gênero seja um fenômeno difundido no Caribe, mas indicam, sim, formas e projetos autóctones de autonomia feminina. Nesse contexto, a independência feminina não necessariamente significa a ruptura com laços tradicionais; pode significar o fortalecimento de certas práticas de criação de redes.⁶² Tampouco a modernização sempre significa a morte de um patriarcado “feudal” putativo. Pelo contrário, incursões ocidentais recentes frequentemente criam ou renovam formas de desigualdade de gênero. Indústrias *off-shore*, igrejas cristãs, profissionalização, monetarização ou remessas de imigrados podem reduzir a autonomia feminina tradicional ou agravar riscos ligados a gênero.⁶³ A complexidade dos papéis de gênero descrita por etnógrafos caribeanistas implicitamente exige que a teoria feminista desocidentalize ainda mais suas premissas.

⁵⁹ Sidney W. Mintz, “Men, Women and Trade”, *Comparative Studies in Society and History*, v. 13 (1971), pp. 247-69; Sidney W. Mintz, *Caribbean Transformations*, New York: Columbia University Press, 1990 [1974]; Gerald F. Murray e Maria D. Alvarez, “Haitian Beans Circuits, Cropping and Trading Maneuvers among a Cash-Oriented Peasantry”, in Sidney W. Mintz (ed.), *Working Papers in Haitian Society and Culture* (New Haven: Yale University Press, 1975), pp. 85-126.

⁶⁰ G. Brana-Shute, *On the Corner. Male Social Life in a Paramaribo Creole Neighborhood*, Prospect Heights: Waveland, 1989; Michael Lieber, *Street Scenes. Afro-American Culture in Urban Trinidad*, Cambridge: Schenkman Publishing, 1981; Frank E. Manning, *Black Clubs in Bermuda. Ethnography of a Play World*, Ithaca: Cornell University Press, 1973.

⁶¹ Christine Barrow, “Male Images of Women in Barbados”, *Social and Economic Studies*, v. 35, n. 3 (1986), pp. 51; Christine Barrow, “Finding the Support, a Study of Strategies for Survival”, *Social and Economic Studies*, v. 35, n. 2 (1986), pp. 131-76; Mindie Lazarus-Black, “Why Women Take Men to Magistrate’s Court, Caribbean Kinship Ideology and Law”, *Ethnology*, v. 30, n. 2 (1991), pp. 119-33.

⁶² Barrow, “Finding the Support”.

⁶³ A. J. Bolles, “Economic Crisis and Female-Headed Households in Jamaica”, in J. Nash e H. Safa (eds.), *Women and Change in Latin America* (South Hadley: Bergin and Garvey, 1986), pp. 65-83; David C. Griffith, “Women, Remittances, and Reproduction”, *American Ethnologist*, v. 12, n. 4 (1985), pp. 676-90; Faye V. Harrison, “Women in Jamaica’s Urban Informal Economy, Insights from a Kingston Slum”, *New West Indian Guide*, v. 62, n. 3-4 (1988), pp. 103-28; Elsa Leo-Rhynie e Marlene Hamilton, “Professional Jamaican Women-Equal or Not?”, *Caribbean Quarterly*, v. 29, n. 3-4 (1983), pp. 70-85; Mintz, “Men, Women”; Helen I. Safa, “Economic Autonomy and Sexual Equality in Caribbean Society”, *Social and Economic Studies*, v. 35, n. 3 (1986), pp. 1-21; Sutton e Makiesky-Barrow, “Social Inequality”; Michel-Rolph Trouillot, *Discourses of Rule and the Acknowledgement of the Peasantry in Dominica, W. I., 1838-1928*, *American Ethnologist*, v. 16, n. 4 (1987), pp. 704-18.

As análises sobre parentesco e gênero no Caribe continuam invadindo o mundo mais amplo. A preciosa etnografia de Sally Price sobre os saamaka demonstra como a produção e a circulação da arte reflete e reforça entendimentos culturais sobre gênero.⁶⁴ Em estudo igualmente aclamado sobre padrões de escolha de parceiros em Cuba no século XIX, Martinez-Alier concentra-se nas relações entre valores sexuais e desigualdade social. Ela argumenta convincentemente que as batalhas entre sexos, raças e classes se entrelaçam e, em última instância, é “a natureza hierárquica da ordem social”⁶⁵ que gera códigos sexuais, assim como papéis e relações de gênero. Não se pode resumir adequadamente a esplêndida exposição desses argumentos por Martinez-Alier. Apenas noto aqui que, ao cabo, eles ecoam a sugestão inicial de R. T. Smith de se observar “a natureza” dessas sociedades. O quão reveladora é, então, a relação entre a fronteira caribenha e a disciplina, a ponto de uma teórica feminista de ponta achar necessário afirmar, cinco anos atrás, que “análises do parentesco devem ser baseadas em análises de sistemas sociais totais”.⁶⁶

Se o estudo de Martinez-Alier permanece sendo o critério palpável para estudos que buscam atrelar casamento e família ao sistema social total, Raymond T. Smith permanece sendo o mais consistente defensor de estudos que atendam a esse critério. Para ele, a crítica mais consistente às análises do parentesco caribenho, incluindo seu trabalho pioneiro na Guiana, é aquela que põe abaixo as ligações que o pesquisador estabelece entre família e sociedade.⁶⁷ Smith repetidamente enfatiza que as relações de parentesco não são meramente derivadas de uma estrutura social maior e, especialmente, que não são epifenômenos ou consequências da ordem econômica.⁶⁸ Antes, o autor vê a organização doméstica atrelada ao mundo mais amplo por meio de múltiplos subsistemas (núcleos domésticos, papéis sexuais etc.), cada qual podendo ser explorado mais sistematicamente enquanto potenciais ligações à totalidade.

⁶⁴ Price, *Co-Wives*.

⁶⁵ Verena Martinez-Alier, *Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century Cuba*, London: Cambridge University Press, 1974, p. 128.

⁶⁶ Jane F. Collier, “Rank and Marriage, or Why High-Ranking Brides Cost More”, in Jane F. Collier e Sylvia J. Yanagisako (eds.), *Gender and Kinship. Essays toward a Unified Analysis* (Stanford: Stanford University Press, 1987), p. 197.

⁶⁷ Smith, “The Family”.

⁶⁸ Smith, “The Matrifocal”; Smith, “The Family”; Raymond T. Smith, “Family, Social Change and Social Policy in the West Indies”, *New West Indian Guide*, v. 56, n. 3-4 (1982), pp. 111-42; Smith, “Hierarchy and”; Smith, *Kinship and Class*.

As visões de R. T. Smith sobre a totalidade e sobre os modos de lidar com ela refletem mudanças de ênfase e uma capacidade de incorporar influências múltiplas. Detecta-se uma mudança que sai da estrutura e da estratificação rumo à cultura⁶⁹ e, às vezes, um movimento menos evidente da cultura à cultura-história. O segundo movimento está imbuído no recente ensaio de Smith sobre raça, classe e gênero nas Américas, um de seus mais poderosos escritos até hoje.⁷⁰ No primeiro e mais familiar movimento, Smith distingue a cultura como um sistema analiticamente reconhecível de símbolos e significados, mas ele substitui o nível cultural “conglomerado” de David Schneider por um plano de “ideias em ação”, as “normas que medeiam” (ao invés de governarem) o comportamento. Smith tende a situar, então, em um nível intermediário os dois campos nebulosos que chamo aqui de historicidade e heterogeneidade.

Heterogeneidade e hegemonia

O nível intermediário serviu como a saída de emergência das ciências sociais desde pelo menos Talcott Parsons. Se R. T. Smith tenta não tratá-lo como residual (e este é um mérito seu), foi necessária uma nova geração de pesquisadores para dar o devido tratamento antropológico à heterogeneidade incorporada nesse nível. Lee Drummond, baseado em trabalho de campo realizado na Guiana, questiona a homogeneidade da cultura e da linguística que trata de línguas crioulas para propor uma “metáfora crioula” que postula um conjunto de intersistemas sem regras uniformes, sem propriedades invariantes e sem relações invariantes entre categorias.⁷¹ A proposta é renovadora à luz da predominância de modelos ocidentais de senso comum sobre homogeneidade cultural na teoria antropológica, mas o contínuo cultural de Drummond, como nota Brackette Williams, é unidimensional e negligencia a hierarquia. Para Williams, que também fez trabalho de campo na Guiana, a construção de hierarquias mistas é um problema prioritário, e a complexidade mul-

⁶⁹ Smith, *The Negro Family*; Raymond T. Smith, “Social Stratification in the Caribbean”, in L. Plotinov e A. Tuden (eds.), *Essays in Comparative Stratification* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1970), pp. 43-76.

⁷⁰ Smith, “Hierarchy and”.

⁷¹ Lee Drummond, “The Cultural Continuum, a Theory of Intersystems”, *Man*, v. 15 (1980), pp. 352-74.

tidimensional, um decisivo teste teórico. A multidimensionalidade é o que faz do até então chamado nível intermediário — onde hierarquias putativas evaporam, onde nem o pensamento nem a ação constituem uma rede imperturbável, e muito menos um sistema harmonioso — tão fundamental quanto acessível ao estudo. A estratégia de Williams, ao pesquisar a etnicidade (parcialmente matizada por lentes gramscianas), enfatiza o processo de homogeneização das culturas nacionais.⁷²

Williams parece não conhecer o trabalho de Andrès Serbin sobre etnicidade e política na Guiana, publicado na Venezuela, em 1981. Esse desconhecimento confirmaria que vários antropólogos que estão, hoje, abordando a relação entre heterogeneidade e poder no Caribe consideram Gramsci um interlocutor estimulante, uma vez que o tratamento de Serbin sobre a Guiana é explicitamente gramsciano. Ainda assim, se tanto Serbin quanto Williams concordam no que concerne aos limites, na Guiana, da hegemonia (no sentido gramsciano), Serbin insiste nos mecanismos estatais que encorajam “ideologias étnicas” dominantes e contradominantes, e Williams documenta as disputas culturais em um movimento de mão dupla entre a “comunidade” e o cenário nacional.

Raça, classe, poder — e Gramsci — também estão presentes no trabalho de Austin-Broos. As reformulações teóricas da autora incluem a distinção entre cultura (valores e suas encarnações) e ideologia (a interpretação dessa cultura em um campo de contestação); uma rejeição das antigas oposições entre ideologia e conhecimento, e entre o simbólico e o prático-estrutural.⁷³ A comparação etnográfica de duas vizinhanças jamaicanas expõe uma situação na qual o conflito é contido por uma ideologia dominante (e, em sua visão, hegemônica) da educação.⁷⁴

A conjunção entre cor, classe, poder e a ficção do Estado-Nação também aparece em meu livro sobre o Haiti duvalierista, baseado em uma reavaliação da noção proposta por Benedict Anderson da nação enquanto

⁷² Brackette F. Williams, “A Class Act, Anthropology and the Race to Nation across Ethnic Terrain”, *Annual Review of Anthropology*, v.18 (1989), pp. 401-44; Brackette F. Williams, *Stains on My Name, War in My Veins. Guyana and the Politics of Cultural Struggle*, Durham: Duke University Press, 1991.

⁷³ Diane J. Austin, “History and Symbols in Ideology, a Jamaican Example”, *Man*, v. 14 (1979), pp. 447-514; Austin, “Culture and Ideology”; Austin-Broos, “Pentecostals and Rastafarians”.

⁷⁴ Diane J. Austin, *Urban Life in Kingston, Jamaica. The Culture and Class Ideology of Two Neighborhoods*, New York: Gordon and Breach, 1984.

“comunidade imaginada”, e em mais uma leitura de Gramsci que enfatiza o papel do estado.⁷⁵ A nação não é uma ficção política, mas uma ficção *da* política, é a cultura-história projetada sob o pano de fundo do poder estatal. Tanto no Haiti como na Dominica, o estado é parte do que está em jogo e, por vezes, pode ser um ator que simultaneamente contribui na definição do que está em jogo e compete nesse jogo.⁷⁶ A lacuna necessária entre o estado e a nação cria um campo em que tanto a homogeneidade quanto a heterogeneidade são simultaneamente criadas e destruídas.

O argumento segundo o qual a semelhança e a heterogeneidade necessariamente se entrelaçam em sociedades ditas “complexas” nem sempre foi algo dado na prática antropológica. Tampouco é uma premissa explícita da maior parte das estratégias antropológicas contemporâneas. Portanto, que a antiga busca por desemaranhar as raízes da heterogeneidade tenha permanecido por um longo período fora da órbita do discurso antropológico aparece como ilustração adicional da relação ambígua entre a fronteira caribenha e a disciplina. Análises individuais de *The people of Puerto Rico* variam,⁷⁷ mas, quando Julian Steward e seus colaboradores lançaram esse seminal projeto, tratou-se de uma extraordinária tentativa de ir além do estudo de comunidades singulares, tratando uma sociedade inteira enquanto um todo estruturado e complexo. Ademais, apesar de suas contradições intelectuais, o livro coletivo efetivamente expôs uma proposição central aos temas que estruturam minha revisão bibliográfica: comunidades necessitam ser estudadas em referência a um “contexto mais amplo” que inclui redes de instituições locais, mas também o desenvolvimento de colônias e impérios.⁷⁸ Em resumo, a heterogeneidade não pode ser apreendida sem uma efetiva referência à história.

⁷⁵ Michel-Rolph Trouillot, *Haiti, State Against Nation. The Origins and Legacy of Duvalierism*, New York: Monthly Review Press, 1990.

⁷⁶ Michel-Rolph Trouillot, “The Inconvenience of Freedom. Free People of Color and the aftermath of Slavery in Dominica and Saint-Domingue/Haiti”, in F. McGlynn e S. Drescher (eds.), *The Meaning of Freedom, Economics, Politics and Culture after Slavery* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1992), pp. 147-82.

⁷⁷ *Revista Interamericana*, v. 8, n. 1 (1978); Eric Wolf, “Facing Power-Old Insights, New Questions”, *American Anthropologist*, v. 92, n. 3 (1990), pp. 586-96.

⁷⁸ Julien Steward et al., *The people of Puerto Rico*, Urbana: University of Illinois Press, 1956, pp 32; 505-6.

Historicidade

Não foi o projeto Porto Rico que introduziu a historicidade nos debates sobre culturas caribenhas, ainda que dois de seus participantes, Sidney Mintz e Eric Wolf, tenham se tornado proponentes bem conhecidos de uma antropologia historicamente orientada.⁷⁹ O acadêmico neerlandês Rudy Van Lier, um pioneiro dos estudos caribenhos no século XX, também se apoiou na história em seus estudos sobre a heterogeneidade do Caribe, tal como faria posteriormente seu compatriota, H. Hoetink.⁸⁰ Nos anos 1920 e 1930, muitos escritores nascidos no Caribe, como Price-Mars no Haiti e Pedreira em Porto Rico, viam o estudo da cultura como inevitavelmente ligado à história.⁸¹ Em 1940, antecipando em alguma medida o trabalho de Sidney Mintz, o escritor cubano Fernando Ortiz⁸² viu na história dos produtos agrícolas de exportação a base a partir da qual poderia observar padrões socioculturais em Cuba.

Nos Estados Unidos, em meados da década de 1930, Melville Jean Herskovits também concluíra que a heterogeneidade do Caribe tornava o uso de materiais históricos “quase obrigatório”.⁸³ Herskovits via as Américas Negras e, em especial, os territórios caribenhos como laboratórios ideais para antropólogos que suspeitavam dos pressupostos teóricos subjacentes às análises de sociedades “simples”. A partir do quadro dado pelos estudos de aculturação, antropólogos poderiam mapear a evolução diferencial de traços africanos e europeus nas Américas e, em última instância, descobrir a natureza da cultura, entendida como processo contínuo de retenção e renovação.

Esse programa de pesquisa seguia em paralelo a uma agenda política marcada pela experiência estadunidense. Herskovits ansiava demonstrar que legados culturais eram atributos inatos de todos os seres humanos, não propriedade exclusiva dos brancos — como acreditava o grande público —,

⁷⁹ Mintz, “History and Anthropology”; Mintz (ed.), *History, Evolution*; Eric Wolf, *Europe and the People without History*, Berkeley: University of California Press, 1982.

⁸⁰ H. Hoetink, *Caribbean Race Relations, a Study of Two Variants*, Oxford; New York, Oxford University Press, 1971; H. Hoetink, *The Dominican People, 1850-1900. Notes for a Historical Sociology*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982; R. A. J. van Lier, *Frontier Society*, The Hague: Martinus Nijhoff, 1971 [1949].

⁸¹ Price-Mars, *So Spoken*; Pedreira, *Insularismo*.

⁸² Fernando Ortiz, *Cuban Counterpoint. Tobacco and Sugar*, New York: Vintage, 1970.

⁸³ Melville J. Herskovits, *Life in an Haitian Valley*, Garden City: Anchor Books, 1971 [1937], p. 329.

nem um estranho apetrecho de alguns ameríndios — como demonstrado pelos antropólogos.⁸⁴ Herskovits via a cultura-história como um dos mais poderosos antídotos ao racismo norte-americano. É justo dizer, entretanto, que, apesar desse objetivo político e apesar da atenção explícita aos mecanismos da cultura sob pressão, o modelo em si não dava conta do acesso diferencial ao poder que condicionou o encontro entre europeus e africanos nas Américas — dava conta somente das consequências. Assim, a investigação da cultura escrava pode adquirir vida própria. A descrição de traços culturais passados ou presentes (ou sua atribuição a raízes africanas, europeias ou crioulas) pode tornar-se um fim em si mesmo.

Até onde caribeanistas ainda se empenham em exercícios desse tipo, e até onde são capazes de evitar os problemas do modelo herskovitsiano, depende muito de suas visões sobre a região, mas também de suas perspectivas tanto sobre o racismo quanto sobre a natureza e o papel da teoria cultural.⁸⁵ Holland e Crane⁸⁶ baseiam-se mais na industrialização do que no passado para estudar desenvolvimentos recentes no Shango de Trinidad. Para Roger Abrahams e John Szwed,⁸⁷ a visão de descendentes de africanos nas Américas enquanto indivíduos mal-adaptados, desprovidos de sua herança cultural, está muito viva e deve ser desafiada em bases herskovitsianas. A compilação de Abrahams e Szwed de relatos de viajantes e de diários de residentes do Caribe Britânico demonstram africanos escravizados e seus descendentes diligentemente construindo uma cultura afro-americana distintiva, moldada a partir de modelos africanos. Os fragmentos cobrem vários aspectos da vida escrava, com ênfase em religião, em padrões de *performance* e em continuidades expressivas.⁸⁸ Algumas dessas ênfases retornam em trabalhos publicados ao longo dos anos 1980⁸⁹ — veja-se, porém, Stephen

⁸⁴ Herskovits, *Life in*, pp. 297-330.

⁸⁵ e.g. Manuel Moreno Fraginals (ed.), *Africa in Latin America*, New York; London: Holmes & Meier, 1984.

⁸⁶ Dorothy C. Holland e Julia G. Crane, “Adapting to an Industrializing Nation, the Shango Cult in Trinidad”, *Social and Economic Studies*, v. 36, n. 4 (1987), pp. 41-66.

⁸⁷ R. D. Abrahams e J. Szwed, *After Africa. Extracts from British Travel Accounts and Journals*, New Haven: Yale University Press, 1983, pp. 1-48.

⁸⁸ Abrahams e Szwed, *After Africa*.

⁸⁹ Daryl C. Dance, *Folklore from Contemporary Jamaica*, Knoxville: University of Tennessee Press, 1985; Jay D. Dobbin, *The Jombee Dance of Montserrat, a Study of Ritual Trance in the West Indies*, Columbus: Ohio State University Press, 1986; Simpson, *Religious Cults*; Van Velzen e van Wetering, *The Great Father*.

Glazier⁹⁰ para uma exceção à influência de Herskovits, e Dirks⁹¹ por uma abordagem materialista mais estreita de um ritual de escravos.

A rigidez do modelo de Herskovits tornou-se um segredo público após desenvolvimentos da historiografia da escravidão nos anos 1960 e 1970, mas poucos antropólogos antes de Sidney Mintz e Richard Price⁹² ousaram revisar esse esquema. Rejeitando a busca passada da retenção de formas supostamente africanas, Mintz e Price argumentam que a influência africana em culturas afro-americanas é mais bem definida nos termos de valores subjacentes e orientações "gramaticais", e que a cultura-história das Afro-Américas deveria repousar no conhecimento histórico das condições concretas sob as quais escravos operavam e interagem com europeus. Embora não encarem frontalmente o papel do poder na construção das culturas afro-americanas, caribbeanistas de várias disciplinas que tratam da questão das continuidades africanas e europeias no Novo Mundo devem agora levar em consideração a influente reavaliação feita por Mintz e Price do modelo de Herskovits.⁹³ A abordagem metodológica de Mintz e Price para o estudo do contato cultural também tem importantes implicações para a corporação, agora que antropólogos admitem, mais prontamente do que na época de Herskovits,⁹⁴ que nós vivemos em uma aldeia global. O trabalho subsequente de Richard Price, frequentemente em colaboração com Sally Price, avança consideravelmente nosso conhecimento sobre o passado afro-americano.⁹⁵

A reavaliação explícita de Herskovits e a reavaliação implícita de Steward nos adendos — e contradições — do livro de Porto Rico são as linhas de intersecção com as quais Sidney Mintz recorta seu espaço na fronteira caribenha. Para Mintz, a heterogeneidade não pode ser compreendida sem a história (enquanto conhecimento), pois a heterogeneidade

⁹⁰ Stephen D. Glazier, *Marchin' the Pilgrims Home. Leadership and Decision-Making in an Afro-Caribbean Faith*, Westport: Greenwood, 1983.

⁹¹ Robert Dirks, *The Black Saturnalia. Conflict and Its Ritual Expression on British West Indian Slave Plantations*, Gainesville: University of Florida Press, 1987.

⁹² Mintz e Price, *The Birth*.

⁹³ Charles V. Carnegie (ed.), "Afro-Caribbean Villages in Historical Perspective", *African-Caribbean Institute of Jamaica Research Review* (Special Issue), n. 2 (1987).

⁹⁴ Melville J. Herskovits, "The significance of the study of acculturation for anthropology", *American Anthropologist*, v. 39 (1937), pp. 635-43.

⁹⁵ Price, *First-Time*; Price, *Alabi's World*; Price e Price (eds.), *Narrative of*.

é o produto da história (enquanto processo). O conhecimento histórico não é apenas uma sucessão de fatos — embora suas bases empíricas devam ser sólidas —, nem pode ser tomado como explicação — embora ilumine padrões e tendências.⁹⁶ Em vez disso, a história fornece o único contexto dentro do qual é possível dar sentido aos seres humanos enquanto sujeitos.⁹⁷ Assim, o estudo histórico da emergência simbólica e material do açúcar no mundo moderno fornece o contexto dentro do qual se observa a conexão entre cultura e poder.⁹⁸ O que é verdade para uma mercadoria global também é verdade para uma religião localizada: “O vodu não pode ser interpretado separadamente de sua significação para o povo haitiano e para a história haitiana”.⁹⁹

A visão de historicidade em Mintz abrange o sentido consciente que os nativos dão ao passado, como enfatizado por R. Price, e o “fato condicionador da historicidade”, como enfatizado por Alexander Lesser,¹⁰⁰ sem deixar de lado os movimentos amplos tão bem capturados por Eric Wolf.¹⁰¹ O historicismo de Mintz nos faz lembrar C. L. R. James e E. P. Thompson (note-se que o primeiro influenciou o último), na medida em que toma as grandes correntes da história¹⁰² tão seriamente quanto os pequenos detalhes de vidas individuais.¹⁰³ Mas indivíduos manifestam-se somente sob vestes culturais e no interior das restrições de papéis sociais historicamente definidos. De fato, a posição social pode direcionar o emprego dos mesmos materiais culturais em direções opostas.¹⁰⁴ Mintz

⁹⁶ Sidney W. Mintz, “Toward an Afro-American History”, *Cahiers d’Histoire Mondiale*, v. 13 (1971), pp. 317-32; Mintz, “History and Anthropology”.

⁹⁷ Mintz, *Caribbean Transformations*.

⁹⁸ Sidney W. Mintz, *Sweetness and Power, the Place of Sugar in Modern History*, New York: Viking, 1985.

⁹⁹ Sidney W. Mintz, “Introduction”, in Alfred Metraux, *Voodoo in Haiti* (New York: Schocken Books, 1971), p. 11.

¹⁰⁰ Mintz (ed.), *History, Evolution*, p. 59.

¹⁰¹ Wolf, *Europe and the People*.

¹⁰² Mintz, “Toward an”; Sidney W. Mintz, “The So-Called World System, Local Initiative and Local Response”, *Dialectical Anthropology*, v. 2, n. 4 (1977), pp. 253-70; Sidney W. Mintz, “Slavery and the Rise of Peasantries”, *Historical Reflections*, v. 6, n. 1 (1979), pp. 135-242; Mintz, *Sweetness and Power*.

¹⁰³ Sidney W. Mintz, *Worker in the Cane*, New York: Norton, 1974 [1960].

¹⁰⁴ Sidney W. Mintz, “Culture, an Anthropological View”, *The Yale Review*, v. 71 (1982), pp. 499-512; Sidney W. Mintz, “American Anthropology and the Marxist Tradition”, in J. Macquet e N. Daniels (eds.), *On Marxian Perspectives in Anthropology* (Malibu: University of California-Los Angeles, 1984), pp. 11-34.

repetidamente utiliza a escravidão afro-americana enquanto a instituição mais repressiva e influente da história ocidental recente, a fim de destacar a necessária dialética entre instituições e indivíduos, sistema e contingência, adaptação e resistência, estrutura e criatividade.¹⁰⁵ “O escravo doméstico que envenenou a família de seu senhor colocando vidro moído na comida primeiro teve que se tornar cozinheiro da família”.¹⁰⁶

Desse ponto de vista, a história nunca trata somente do passado; isto é, o processo histórico nunca se encerra. A história é, de modo geral, parte da antropologia, parte daquilo que a antropologia estuda, e parte do por que a antropologia importa; ela é material, ferramenta e contexto do discurso antropológico. “Se for, de todo, para ser entendida, a cultura deve ser vista historicamente”.¹⁰⁷ A cultura é, ela própria, despida de pressuposições a-históricas de homogeneidade. Mintz concorda com Wolf que “cultura” e “sociedade” não são nem “perfeitamente coerentes em si mesmas, nem necessariamente congruentes uma com a outra”.¹⁰⁸ Um eixo privilegiado para seguir a relação entre o social e o cultural é o complexo *plantation*-campesinato. Mintz vê os campesinatos caribenhos e os padrões culturais que recriaram, desenvolveram ou renovaram ao longo do tempo como um dos signos de resistência mais vibrantes dos povos caribenhos (especialmente afro-caribenhos) contra um sistema imposto de fora e dominado pela *plantation* capitalista.¹⁰⁹

Infelizmente, muitos dos *insights* metateóricos que Mintz esboça a partir do Caribe e que lhe servem tão bem ao estudo do complexo *plantation*-campesinato estão espalhados por mais de cem trabalhos, a maior parte deles publicados em espaços que extrapolam limites disciplinares. Ele raramente apresenta sua teoria em um formato apto para consumo imediato.¹¹⁰ Compreensivelmente, alguns estudiosos do Caribe

¹⁰⁵ Sidney W. Mintz, “Was the Plantation Slave a Proletarian?”, *Review*, v. 2, n. 1 (1978), pp. 81-98; Mintz, *Caribbean Transformation*.

¹⁰⁶ Mintz, “Toward an”, p. 321.

¹⁰⁷ Mintz, “Culture, an”, p. 508.

¹⁰⁸ Mintz, “Culture, an”, p. 509.

¹⁰⁹ Sidney W. Mintz, “A Note on the Definition of Peasantries”, *The Journal of Peasant Studies*, v. 1 (1973), pp. 91-106; Mintz, “Was the Plantation”; Mintz, “Slavery and”; Mintz, *Caribbean Transformations*.

¹¹⁰ Mas veja-se Mintz, “A Note”; Sidney W. Mintz, “The Rural Proletariat and the Problem of Rural Proletarian Consciousness”, *The Journal of Peasant Studies*, v. 1 (1974), pp. 291-325; Mintz, *Sweetness and Power*; Mintz, *Caribbean Transformations*.

adotam livremente qualquer combinação dos temas que ele refinou ou gerou: o protocampesinato, compra e venda de produtos por escravos e seu impacto na organização social etc. Outros seguem direções similares, mas por caminhos paralelos. Todavia, o complexo campesinato-*plantation* é um grande tema na antropologia da região, em parte por conta do trabalho de Mintz. Historiadores, sociólogos, geógrafos e antropólogos continuam a levantar questões cognatas sobre a transição da escravidão ao trabalho livre no Caribe, sobre a relação entre o cultural e o social antes e depois da escravidão, e sobre a relação entre sistemas agrários e tradições culturais.¹¹¹ Acomodação e resistência são os temas que organizam o estudo monográfico de Karen Fog Olwig em St. John, um trabalho que abarca três séculos e combina de maneira eficaz história oral, pesquisa em arquivos e trabalho de campo etnográfico.¹¹² Marilyn Silverman¹¹³ reconstitui as políticas de facções em um vilarejo arrozeiro indo-guianense ao longo de um período de 70 anos. Meu livro sobre a Dominica cobre mais de dois séculos, combinando pesquisa histórica e etnográfica para situar um campesinato caribenho em um mundo em mudança. Explicitamente, faço uso do caso como contribuição aos estudos de campesinato e à teoria social.¹¹⁴ De modos diferentemente

¹¹¹ Jean Besson, “Symbolic Aspects of Land in the Caribbean, the Tenure and Transmission of Land Rights among Caribbean Peasantries”, in M. Cross e A. Marles, *Peasants, Plantations and Rural Communities in the Caribbean* (Guildford: Surrey University; Leiden: Royal Institute of Linguistic and Anthropology, 1979), pp. 86-116; Jean Besson, “Family Land and Caribbean Society, toward an Ethnography of Caribbean Peasantries”, in E. M. Thomas-Hope (ed.), *Perspectives on Caribbean Identity* (Liverpool: Center of Latin American Studies, University of Liverpool, 1982), pp. 57-83; Jean Besson, “Land Tenure in the Free Villages of Trelawny, Jamaica. A Case Study in the Caribbean Peasant Response to Emancipation”, *Slavery and Abolition*, v. 5, n. 1 (1984), pp. 3-23; Jean Besson e J. Monsen (eds.), *Land and Development in the Caribbean*, London: Macmillan, 1987; John S. Briesley e Hymie Rubenstein (eds.), *Small Farming and Peasant Resources in the Caribbean*, Winnipeg: University of Manitoba, 1988; Malcolm Cross e Arnaud Marks (eds.), *Peasants, Plantations and Rural Communities in the Caribbean*, Guildford: Department of Sociology of the University of Surrey, 1979; Marshall, *The Post-Slavery*; F. McGlynn e S. Drescher (eds.), *The Meaning of Freedom. Economics, Politics and Culture after Slavery*, Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1992; E. M. Thomas-Hope (ed.), *Perspectives on Caribbean Identity*. Liverpool: University of Liverpool, 1982; Trouillot, “Labour and Emancipation”.

¹¹² Karen Fog Olwig, *Cultural Adaptation and Resistance on St. John. Three Centuries of Afro-Caribbean Life*, Gainesville: University of Florida Press, 1985.

¹¹³ Michael Silverman, *Rich People and Rice. Factional Politics in Rural Guyana*, Leiden: Brill, 1980.

¹¹⁴ Michel-Rolph Trouillot, *Peasants and Capital. Dominica in the World Economy*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.

enriquecedores, Jean Besson, Hymie Rubenstein e Drexel Woodson olham para formas consuetudinárias de posse da terra e para a percepção da terra na Jamaica, em St. Vincent e no Haiti. O trabalho de Woodson¹¹⁵ é bem fundamentado na história e explora a dialética de similaridade e dissimilaridade na medida em que se relaciona com a pessoa, o lugar e as formas de posse da terra. Besson enfatiza a “terra familiar” enquanto instituição de resistência em Martha Brae, Jamaica. Mas Carnegie, por sua vez, vê as formas consuetudinárias de posse como prováveis retenções africanas.¹¹⁶ As contribuições de Rubenstein¹¹⁷ ao campo são numerosas. Sua monografia de uma aldeia em St. Vincent utiliza-se prioritariamente de dados etnográficos para dialogar com a bibliografia, tanto do Caribe quanto geral, de temas como modos de subsistência, parentesco, estrutura doméstica e vida social extrafamiliar. Porém, como Robert Manners¹¹⁸ há muito insistia, mesmo estudos de comunidade no Caribe devem ter conhecimento do passado e utilizar-se de materiais de arquivos.

Delimitações e articulações

Uma vez introduzida, a historicidade é o pesadelo do etnógrafo, o constante lembrete de que os conjuntos que se tende a tomar como dados são criações humanas, resultados em mutação de processos passados e em curso. A etnografia do Caribe há muito confronta a questão das delimitações de observação e análise,¹¹⁹ mas essa preocupação aumentou ultimamente com a maior consciência sobre a história. Discordo da afirmação de Rubenstein¹²⁰ segundo a qual a etnografia do Caribe tem sido marcada por muita teoria embasada por poucos dados descritos. Etnógrafos do

¹¹⁵ Drexell G. Woodson, “Tout Mounn se Mounn, Men tout Mounn pa Menm. Sociocultural Aspects of Land Tenure and Marketing in a Northern Haitian Locality” (PhD Thesis, University of Chicago, 1990).

¹¹⁶ Besson, “Symbolic Aspects”; Besson, “Family Land”; Besson, “Land Tenure”; Besson e Monsen (eds.), *Land and Development*; Carnegie (ed.), “Afro-Caribbean”.

¹¹⁷ Rubenstein, *Coping with Poverty*.

¹¹⁸ Robert A. Manners, “Methods of Community Analysis in the Caribbean”, in Vera Rubin (ed.), *Caribbean Studies, a Symposium* (Seattle: University of Washington Press, 1957), pp. 80-92.

¹¹⁹ Cross e Marles (eds.), *Peasants, Plantations*; Raymond T. Smith, “Race, Class and Gender in the Transition to Freedom”, in F. McGlynn e S. Drescher (eds.), *The Meaning of Freedom, Economics, Politics and Culture after Slavery* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1992), pp. 257-90.

¹²⁰ Rubenstein, *Coping with Poverty*, pp. 3-4.

Caribe não são piores do que outros nesse aspecto. O que ocorre é que a complexidade da fronteira torna simplista a aplicação de muitos dos modelos herdados da corporação — uma constatação frequentemente freada em outras regiões do globo pela prática de guardar cancelas e pela adoção de unidades não problematizadas. À busca de Radcliffe-Brown por uma “localidade conveniente de tamanho adequado”, Baber¹²¹ responde: “delimitações sociais nunca podem ser uma questão de conveniência”, sua configuração é crucial na análise de situações multiculturais. Em outro texto, Baber¹²² adverte que a noção de drama social de Turner pode ser enganadora, caso não se preste suficiente atenção ao contexto no qual esse drama é encenado.

No Caribe, entretanto, o contexto nunca é uniforme, e o ator individual — unidade básica do individualismo metodológico — não é uma entidade óbvia cujas delimitações são conhecidas, mesmo quando o individualismo possa ser evidente.¹²³ Desde o influente artigo de Comitas,¹²⁴ a antropologia caribenha tem tentado lidar com a “multiplicidade ocupacional”, o envolvimento simultâneo ou sequencial em várias atividades econômicas. Evidentemente, há razões óbvias que explicam por que pobres do meio urbano e rural, mulheres que chefiam grupos domésticos, migrantes e outras pessoas que trabalham duro para obter o sustento sob pressão econômica e social, optam pelo ceticismo e apostam em múltiplas estratégias adaptativas.¹²⁵ Ainda assim, suspeito que o que chama atenção da maioria dos etnógrafos está além do gerenciamento de risco. Em primeiro lugar, a sistematicidade com a qual as pessoas mantêm a multiplicidade ocupacional é difundida o bastante para que os observadores a coloquem não em termos do movimento entre papéis ou

¹²¹ Baber, “The Pluralism Controversy”, p. 95.

¹²² Willie L. Baber, “Political Economy and Social Change, the Bissette Affair and Local-Level Politics in Morne-Vert”, *American Ethnologist*, v. 12, n. 3 (1985), pp. 489-504.

¹²³ Despres (ed.), *Ethnicity and Resource*; Mintz, *Caribbean Transformations*; Wilson, “Reputation and Respectability”; Woodson, “Tout Mounn”.

¹²⁴ Lambros Comitas, “Occupational Multiplicity in Rural Jamaica”, in E. Garfield e E. Friedl (eds.), *Proceedings of the American Ethnological Society* (Seattle: University of Washington Press, 1964), pp. 41-50.

¹²⁵ Barrow, “Finding the Support”; Charles V. Carnegie, “Strategic Flexibility in the West Indies, a Social Psychology of Caribbean Migration”, *Caribbean Review*, v. 2, n. 1 (1982), pp. 10-54; Michael Chibnik, “Working out or Working in, the Choice between Wage Labor and Cash Cropping in Rural Belize”, *American Ethnologist*, v. 7, n. 1 (1980), pp. 86-105.

tipos, mas em termos de tipos ou papéis que incluem movimento.¹²⁶ Em segundo lugar, os povos caribenhos parecem ter comparativamente menos problemas em reconhecer a nebulosidade e a sobreposição de categorias — e a multiplicidade não é confinada ao âmbito econômico ou apenas aos pobres. O que parece para alguns serem lealdades políticas, econômicas ou sociais divididas tem uma longa história na fronteira.¹²⁷ Indivíduos de classe média se envolvem com comportamentos similares às estratégias econômicas dos pobres — ainda que pesquisas complementares sejam necessárias, posto que poucos antropólogos aprofundaram nosso conhecimento sobre as classes médias caribenhas.¹²⁸ Ainda assim, o que parece estar em jogo é um modo de vida que o pós-Iluminismo ocidental chama (e que a antropologia aceita acriticamente) de unicidade individual. Os comentários de Herskovits sobre a “ambivalência socializada” haitiana parecem se basear na pressuposição da univalência universal, e boa parte da antropologia simbólica também tem como premissa a unicidade individual.

Parafraseando Manners,¹²⁹ a pressuposição de um microcosmo não é fácil de manter ao se estudar uma “comunidade” na fronteira. A tradição de aldeia¹³⁰ das monografias antropológicas torna-se problemática no

¹²⁶ Comitas, “Occupational Multiplicity”; Richard Frucht, “A Caribbean Social Type, Neither Peasant nor Proletarian”, *Social and Economic Studies*, v. 16, n. 3 (1967), pp. 295-300.

¹²⁷ Kenneth M. Bilby, “Divided Loyalties, Local Politics and the Play of States among the Aluku”, *New West Indian Guide*, v. 63, n. 3-4 (1989), pp. 143-74; Pedreira, *Insularismo*; Price, *Ethnographic History*; Price-Mars, *So Spoke*.

¹²⁸ Jack Alexander, “The Culture of Race in Middle-Class Kingston, Jamaica”, *American Ethnologist*, v. 4, n. 3 (1977), pp. 413-36; Susan Lowes, “Time and Motion in the Formation of the Middle Class in Antigua, 1834-1940” (Paper presented at the Annual Meeting of American Anthropological Association), 1987.

¹²⁹ Manners, “Methods of Community”.

¹³⁰ N. dos T.: Em inglês, o termo “*village*” engloba comunidades de diferentes dimensões, que, em português, dividimos entre “aldeias”, “vilarejos” e “vilas”. Não se trata apenas de tamanho, já que em nossa língua “aldeia” tende a ser mais associada a populações ditas “selvagens” ou “primitivas” (i. e., não ocidentais: africanas, ameríndias etc.), e “vilas” e “vilarejos” tendem a ser mais associados a populações ditas “rurais” ou “tradicionais” (pescadores, ribeirinhos, camponeses etc.). O que está em jogo quando Trouillot fala da “tradição de aldeia” na antropologia é a transposição de modelos criados para tratar das “aldeias” (supostamente mais isoladas do mundo urbano-moderno) para contextos nos quais há algo como “vilarejos”, isto é, rincões talvez afastados, mas parte integrante de “sociedades complexas”. Como no Caribe existem tanto “aldeias” quanto “vilarejos” e “vilas”, e como o ponto do autor é que essas distinções perdem muito de seu sentido na etnografia da região, qualquer tradução diluiria algo do sentido original. Escolhemos “aldeias” por serem o *locus* privilegiado das monografias antropológicas clássicas não-caribenhas, das quais emerge a “tradição” em pauta.

Caribe, onde a linha divisória entre rural e urbano não é bem demarcada.¹³¹ Os antropólogos têm notado a escassez de estudos de comunidade monográficos na região.¹³² Essa deficiência não é apenas o reflexo das políticas da corporação; é também um sinal saudável de que as etnografias caribenhas frequentemente percebem que a estória que buscam não se encerra em sua aldeia. Como se faz para integrar a etnografia com tal percepção? Williams atrela suas descrições de Cockalorum ao espaço nacional da Guiana. Rubenstein admite que sua aldeia é aberta para o mundo,¹³³ mas não chega a esboçar, a partir dessa confissão, qualquer mudança fundamental no escopo descritivo. Ainda assim, Rubenstein avança muito mais do que o previsível capítulo sobre história e a nação. Ele leva 78 páginas para chegar à sua aldeia e, uma vez lá, retorna à história para a introdução adequada de sua unidade central de observação. Woodson¹³⁴ também rejeita a introdução histórica perfunctória: em sua tese, capítulos históricos que cobrem o espaço haitiano surgem após a introdução etnográfica de sua comunidade e antes de sua análise institucional. Meu estudo sobre Dominica também se ocupa dos temas contíguos da historicidade e das delimitações. Eu utilizo três unidades de descrição e análise: a Nação, o Mundo e a Aldeia — três pontos de vista estratégicos para observar os camponeses dominiquenses. A história gera a primeira unidade; a economia política ajuda a dar sentido à segunda; o leitor adentra o âmbito da etnografia da aldeia somente após transcorridos dois terços do livro.¹³⁵

O emprego simultâneo de múltiplas unidades de análise pelo mesmo autor ou grupo de autores é uma das muitas estratégias que revelam a busca de muitos caribeanistas por um modo de atrelar suas unidades de observação imediatas ao mundo mais amplo.¹³⁶ A esmagadora evidência da intrusão de forças externas torna os antropólogos caribenhos atentos

¹³¹ Sidney W. Mintz, “The Folk-Urban Continuum and the Rural Proletarian Community”, *American Journal of Sociology*, v. 59 (1953), pp. 136-43

¹³² Carnegie (ed.), “Afro-Caribbean”; Rubenstein, *Coping with Poverty*.

¹³³ Rubenstein, *Coping with Poverty*, pp. 83-4.

¹³⁴ Woodson, “Tout Mounn”.

¹³⁵ Trouillot, *Peasants and Capital*.

¹³⁶ Clarke, *My Mother*; Mintz, *Sweetness and Power*; Steward, *The People*; Michel-Rolph Trouillot, “Motion in the System. Coffee, Color, and Slavery in 18th-Century Saint-Domingue”, *Review*, v. 5, n. 3 (1982), pp. 331-88; Trouillot, “Discourses of Rule”; Trouillot, *Peasants and Capital*.

(mesmo que nem sempre acríticos) à teoria do sistema-mundo, à teoria da dependência, ou a abordagens congêneres que os permitam ler seus dados para além das tradicionais delimitações dos estados nacionais ou coloniais.¹³⁷ Mas, uma vez que o mundo é reconhecido, deve-se lidar com a “resposta local”, da qual o Caribe é um poderoso exemplo precisamente por ser tão colonial.¹³⁸ Possíveis metodologias incluem análises que se movem de cima para baixo, em círculos concêntricos, do nível do sistema mundial a uma unidade tão diminuta quanto a *plantation* por meio de unidades cada vez menores, como a região ou o território.¹³⁹

Felizmente, no nível da região, a conceitualização de unidades e delimitações está bem avançada. O panorama de Mintz sobre o Caribe permanece sendo uma das mais sofisticadas conceitualizações de uma área sociocultural na literatura antropológica. Nem uma lista de particulares necessários, nem uma referência dissimulada a uma essência imanente, sua visão é duplamente aberta. Em primeiro lugar, liga o Caribe ao resto do mundo, especialmente às Américas continentais, e à Europa e à África por meio do Atlântico. Em segundo lugar, não sobrepõe a homogeneidade sobre suas unidades internas, e, sim, enxerga os territórios caribenhos ao longo de um contínuo multidimensional informado pela história. Dominação colonial, substratos africanos, limites ecológicos, formas de extração do trabalho, ambiente ideológico e cultural, e, agora, dominação estadunidense misturam-se nesse esquema, que leio como uma forma exemplar de “semelhanças de família”, *à la* Wittgenstein.¹⁴⁰

A preocupação com uma metodologia regional de múltiplos níveis é explícita no Projeto Mulheres no Caribe (Women in the Caribbean Projec), um estudo multidisciplinar que abrange diversos territórios

¹³⁷ Baber, “Political Economy”; Bolles, “Kitchens Hit”; Bolles, “Economic Crisis”; Paul Farmer, “Blood, Sweat and Baseballs. Haiti in the West Atlantic System”, *Dialectical Anthropology*, v. 13 (1988), pp. 83-99; Griffith, “Women, Remittances”; Faye V. Harrison, “Gangs, Grassroots Politics, and the Crisis of Development Capitalism in Jamaica” in D. Hakken e H. Lessinger (eds.), *Perspectives in U. S. Marxist Anthropology* (Boulder: Westview, 1987), pp. 186-210; Harrison, “Women in Jamaica’s”; McGlynn e Drescher (eds.), *The Meaning*; Martin F. Murphy, *Dominican Sugar Plantations, Production and Foreign Labor Integration*, New York: Praeger, 1991; Smith, “The Matrifocal”; Smith, *Race and Class*; Smith, *Kinship and Class*; Trouillot, “Motion in the”.

¹³⁸ Mintz, “The So-Called”.

¹³⁹ Trouillot, “Motion in the”

¹⁴⁰ Mintz, “The Caribbean”; Mintz, “Toward an”; Mintz e Price, *The Birth*.

caribenhos. Tal projeto foi foco de dois números especiais de *Social and Economic Studies*,¹⁴¹ e já estimulou a publicação de um livro.¹⁴² Infelizmente, assim como a maioria dos estudos publicados ou patrocinados pela Universidade das Índias Ocidentais (University of the West Indies), o projeto concentra-se em territórios em que a língua oficial é o inglês,¹⁴³ um fio condutor tênue, caso levemos a sério a ideia de semelhanças de família. O que torna Guadalupe similar a St. Lucia não é o que torna a Dominica similar a Antígua; o que torna Barbados similar a Cuba não é o mesmo que a torna parecida com a República Dominicana. E mesmo o excepcionalismo haitiano é, em grande medida, um mito.¹⁴⁴ Há bases sólidas para argumentar que comparações entre mulheres no Haiti e na Jamaica seriam tão interessantes quanto comparações entre mulheres em Trinidad e na Jamaica. Há bases sólidas para sugerir que podemos entender melhor em que medida Barbados é britânico se também olharmos para a Martinica. Há boas razões para supor que estudos da consciência local em Curaçao podem iluminar o nacionalismo porto-riquenho. Mais importante, tudo o que sabemos sobre cada um desses territórios confirma uma coisa: é enquanto um conjunto complexo que o Caribe apresenta um desafio estimulante à ciência social ocidental e, em particular, à antropologia.

Conclusão

A dominação do inglês nos estudos caribenhos reflete e reforça delimitações e classificações herdadas do passado colonial, bem como a atual dominação estadunidense. É também uma carência acadêmica que amplifica o paroquialismo intelectual nas esferas disciplinar, linguística ou colonial, e restringe o espectro de comparação e o número de territórios estudados (Jamaica, Barbados, Guiana, Trinidad) em nome de similaridades superficiais. Poucos estudiosos da cultura caribenha (em especial

¹⁴¹ N. dos T.: Periódico editado pela University of West Indies desde 1953.

¹⁴² Olive Senior, *Working Miracles. Women's Lives in the English-Speaking Caribbean*. Cave Hill: ISER; Bloomington: Indiana University Press, 1991.

¹⁴³ Mas veja-se James Allman, "Conjugal Unions in Rural and Urban Haiti", *Social and Economic Studies*, v. 34, n. 1 (1985), pp. 27-57.

¹⁴⁴ Michel-Rolph Trouillot, "The Odd and Ordinary. Haiti, the Caribbean and the World", *Cimarrón*, v. 2, n. 3 (1990), pp. 3-12.

nascidos no Caribe ou acadêmicos afro-americanos) ousam cruzar fronteiras linguísticas ou coloniais, com poucas exceções nos últimos anos.¹⁴⁵ Poucos ousam trazer à disciplina, de forma explícita, as lições políticas ou metateóricas aprendidas na fronteira.¹⁴⁶ Ainda menos ousam comparações que atravessem delimitações linguísticas.¹⁴⁷ Ainda assim, enquanto a língua concede a pesquisadores de campo a impressão de estarem em um território familiar, as chances aumentam para que estejam com a guarda baixa e para que ignorem trabalhos feitos em outras línguas.

No entanto, acadêmicos neerlandeses continuam a produzir um pequeno mas regular fluxo de trabalhos sobre o Caribe, dos quais somente alguns poucos estão disponíveis em inglês.¹⁴⁸ Na década de 1970, teses de doutorado sobre o Caribe defendidas nos departamentos de sociologia e antropologia dos Países Baixos superaram numericamente aquelas que tratavam de quaisquer outras regiões não ocidentais.¹⁴⁹ Trabalhos em neerlandês e em outras línguas são cobertos no levantamento anual sobre estudos caribenhos do *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*. Alguns títulos escritos por historiadores em espanhol¹⁵⁰ e vários em francês sobre as Antilhas Francesas, Haiti e Guiana Francesa são de interesse para antropólogos de língua inglesa.¹⁵¹ Sem dúvida, enquanto

¹⁴⁵ e.g. Baber, “Political Economy”; Baber, “The Pluralism”; Woodson, “Tout Mounn”.

¹⁴⁶ Faye V. Harrison, “Ethnography as Politics”, in Faye V. Harrison, *Decolonizing Anthropology* (Washington: American Anthropological Association, 1991), pp. 88-109; Trouillot, “The Odd”; Trouillot, “Anthropology and”.

¹⁴⁷ McGlynn e Drescher, *The Meaning*; Mintz, *Caribbean Transformations*; Mintz e Price, *The Birth*; Price, *Alabi's World*.

¹⁴⁸ e.g. Hoetink, *Caribbean Race*; Hoetink, *The Dominican People*; W. S. M. Hoogbergen, *The Boni Maroon Wars in Suriname*, Leiden: Brill, 1990.

¹⁴⁹ Banck, “Anthropological research”.

¹⁵⁰ Manuel Moreno Fraginals et al., “Apuntes para una historia economico-social de la cultura Indocubana”, *Temas*, v. 12 (1987), pp. 53-84.

¹⁵¹ Francis Affergan, *Anthropologie à la Martinique*, Paris: Anthropos, 1983; Jaques André, *L'inceste focal dans la famille noire antillaise*, Paris: Presses Universitaires de France, 1987; Andre-Marcel D'Ans, *Haiti. Paysage et Société*, Paris: Karthala, 1987; Rémy Bastien, *Le Paysan Haitien et sa Famille*, Paris: ACCT-Karthala, 1985 [1951]; Dany Bebel-Gisler, *Leonora. L'Histoire Enfouie de la Guadeloupe*, Paris: Seghers, 1985; Dany Bebel-Gisler, *Le Defi Culturel Guadeloupeen*, Paris: Editions Caribbéennes, 1989; Jean Benoist, *l'archipel inachevé. Culture et société aux Antilles Françaises*, Montreal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1972; Michel Giraud, *Race et Classes a la Martinique*, Paris: Anthropos, 1979; Denise Helly, *Ideologie et ethnicité. Les Chinois Macao de Cuba*, Montreal: Les Presses de l'Université de Montreal, 1979; Marie-José Jolivet, *La question creole. Essai de sociologie sur la Guyane*, Paris: Orstrom, 1986; Micheline Labelle, *Ideologie de couleur et classes sociales en Haiti*, Montréal: Université de Montréal, 1978; Germanine Louillot e Danielle Crusol-Baillard, *Femmes martiniquaises. Mythes et réalités*, Fort-de-France: Editions Caribeennes, 1987.

os neerlandeses tendem a igualar os norte-americanos em seu empirismo, trabalhos em francês e em espanhol raramente são baseados no tipo de trabalho de campo etnográfico exigido pela maioria das universidades dos Estados Unidos. Por outro lado, estes últimos trabalhos tomam parte, frequentemente, em um debate antigo e fundamental sobre a natureza das sociedades caribenhas e sua relação com o Ocidente. Alguns escritores (em sua maioria linguistas e críticos literários escrevendo em francês, muitos dos quais nascidos no Caribe) fazem perguntas sobre a *créolité*, ou o que significa para os caribenhos ser parte de sociedades e culturas nascidas do contato.¹⁵² O periódico multidisciplinar *Études Créoles* vai além das questões técnicas da linguística crioula e liga o Caribe a sociedades e culturas da África e do Oceano Índico. Em resumo, as preocupações que destaquei aqui como postos dispersos pela fronteira não são domínio exclusivo dos antropólogos caribenhos, nem são expressas exclusivamente em inglês. Muitos intelectuais e acadêmicos, que escrevem em ao menos quatro línguas, lidaram de diferentes modos com aquilo que chamei aqui de heterogeneidade, historicidade e articulação. O fato de alguns considerarem esse esforço possível sem a antropologia revela suas preferências e preconceções intelectuais. Contudo, também sugere alguns limites da teoria antropológica, pelo menos do ponto de vista da fronteira.

Agradecimentos

Agradeço a Flor Ruz, Sara M. Springer e, especialmente, a Paul Kim por auxiliarem na pesquisa. Sou grato a Suzan Lowes, Sidney W. Mintz e Drexel G. Woodson por seus comentários a uma versão anterior do manuscrito. Sou totalmente responsável pela essência do argumento e pela versão final do texto.

Recebido em 22/1/2018 e aprovado em 20/6/2018.

¹⁵² Bernabé, Chamoiseau e Confiant, *Éloge de*; Glissant, *Caribbean Discourse*; Jolivet, *La Question*.

Resumo

Neste texto, Michel-Rolph Trouillot (1949-2012) procede a uma revisão bibliográfica crítica da produção caribeanista, focando, sobretudo, em trabalhos publicados em língua inglesa entre meados da década de 1970 e 1992. O ensaio se organiza em torno de três grandes temas e suas ramificações: heterogeneidade, historicidade e articulação, este último relativo à natureza e aos limites das unidades de observação ou de análise. No artigo, Trouillot trata tanto do Caribe, tal como visto pela antropologia, quanto da antropologia, tal como vista a partir do Caribe, e discute, também, a questão do estatuto epistemológico dos discursos nativos na disciplina.

Palavras-chave: teoria cultural - sociedades complexas - história - vozes nativas - unidades de análise.

Abstract

Michel-Rolph Trouillot's (1949-2012) article is a critical review of Caribbeanist studies, with special focus on works published in English between the 1970s and the early 1990s. His arguments turn on three major themes and their repercussions: heterogeneity, historicity and articulation – the latter relating to the nature and limits of the unit of observation or analysis. Trouillot engages both the Caribbean, from an anthropological perspective, and anthropology, from a Caribbean perspective, and also considers the matter of the epistemological status of native discourse.

Keywords: *culture theory - complex societies - history - native voice - units of analysis.*